



FELIZ NATAL
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2024**

Nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Objeto

REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, ESCOLA RURAL MALVINA E. PESCELINI, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.

Modalidade

PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

**Data:
16/07/2024**

Horário: 08h00min (horário local)

Local:

Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT – Sala de Licitações

**Endereço para
retirada do
edital:**

O edital completo poderá ser retirado no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br (link: “Pregão Eletrônico”) e www.bllcompras.org.br (Bolsa de Licitações e Leilões), ou ainda na Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, no Setor de Licitações, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, Centro. Feliz Natal – MT, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. Telefones: (66) 3585-2700.

**Agente de
Contratação**

**JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 332/2022**

**Ordenador de
despesas**

**JOSE ANTONIO DUBIELLA
PREFEITO MUNICIPAL**



FELIZ NATAL

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2024

SUMÁRIO	
ITEM	MATÉRIA
01	DO OBJETO DA LICITAÇÃO
02	DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
03	DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE
04	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME
05	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
06	DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL NO Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
07	DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA
08	DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
09	DA ETAPA DE DISPUTA DE LANCES ELETRÔNICOS
10	DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPPs DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
11	DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO
12	DA NEGOCIAÇÃO
13	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR
14	DA PROPOSTA COMERCIAL
15	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL
16	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
17	DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
18	DO RECURSO ADMINISTRATIVO
19	DA REABERTURA DA SESSÃO
20	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21	DA PUBLICIDADE
22	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
23	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
24	DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS
25	DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
26	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
27	DA CONTRATAÇÃO
28	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
29	DAS PARTES INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL



FELIZ NATAL

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2024

A sessão inaugural deste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio do sistema eletrônico no endereço, na data e horário, conforme abaixo.

Início do recebimento das propostas eletrônicas	À partir das 08h00min do dia 02/07/2024 até as 13h00min do dia 15/07/2024 (horário de Brasília – DF).
Início da sessão pública	Dia 16/07/2024, as 09h00min (horário de Brasília – DF).
Início da disputa	Dia 16/07/2024, as 09h30min (horário de Brasília – DF).
Endereço: Avenida Maravilha, s/n, Centro. CEP: 78.885-000 – Feliz Natal – MT. Sites: www.feliznatal.mt.gov.br (link: “Pregão Eletrônico”) e www.bllcompras.org.br (Bolsa de Licitações e Leilões); Contatos: Tel.: (66) 3585-2700; E-Mail: licitacao@feliznatal.mt.gov.br Horário de Funcionamento: de Segunda a Sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário de Mato Grosso). OBS: Salvo ressalva expressa, os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).	

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT**, por meio do Departamento de Licitação e Contratos, sediado na Avenida Maravilha, s/n, Centro, CEP: 78885-000, Feliz Natal - MT, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.0 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

1.1. A presente licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, ESCOLA RURAL MALVINA E. PESPINELLI, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no cadastro Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e as especificações constantes do Edital e seus Apêndices, estas prevalecerão.

1.3. O VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL POR ITEM, para fins de aquisição, será o teto total estimativo de cada Item, obtido através de pesquisa de preços, observando-se o disposto no item 12 do Edital.

1.4. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.4.1. Integram o presente Sistema de Registro de Preços (SRP) os seguintes órgãos e entidades:



FELIZ NATAL
PREFEITURA

TIPO	NOME DO ÓRGÃO	ENDEREÇO
GERENCIADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT CNPJ nº. 01.614.088/0001-00	AVENIDA MARAVILHA, S/N, CENTRO – FONE: (66) 3585-2700 CEP 78885-000 – FELIZ NATAL – MT.

1.4.2. A vigência da Ata de Registro de Preços (**ANEXO VIII**) será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

1.4.3. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto, nos termos indicados no Termo de Referência.

1.4.4. Os preços registrados poderão ser reajustados, para mais ou para menos, com base na variação do período do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.4.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver revisão dos preços registrados ou cancelamento do registro do item, caso fique comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, nos termos previstos na própria Ata de Registro de Preços.

1.4.6. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro Sistema de Registro de Preços em andamento, ou integre outra Ata de Registro de Preços, com objetos semelhantes ao do presente Sistema de Registro de Preços, nos termos fixados no Art. 82, inc. VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

1.4.7. Homologado o resultado da licitação, o Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.

1.4.8. A existência de **Registro de Preços** não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, **sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.**

1.4.9. A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pelo responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços, será formalizada por intermédio de nota de empenho ou termo de contrato (minuta em anexo).

1.4.10. Caberá ao órgão ou entidade participante o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços no seu próprio interesse, como também a formalização, gestão e fiscalização de suas próprias contratações, observadas as atribuições e competências indicadas na Minuta da Ata de Registro de Preços (**ANEXO VIII**).

1.4.11. Particular titular do Registro de Preços obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas no Termo de Referência em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.



2.0 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL

2.1. O credenciamento é o nível básico de registro cadastral do particular no sistema eletrônico, para permitir a sua participação no certame.

2.2. O cadastro deverá ser realizado previamente pelo particular interessado diretamente no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br; no endereço eletrônico.

2.3. O particular interessado (licitante) é responsável exclusivo e formal pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao Sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

2.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, como também a presunção de sua capacidade técnica para operá-lo adequadamente, realizando todas as transações inerentes a este Pregão.

2.6. O licitante é responsável, em face de qualquer acontecimento passível de comprometimento acerca do sigilo ou inviabilidade do uso da senha, pela comunicação imediata ao provedor do Sistema para fins de bloqueio de acesso.

2.7. O licitante é responsável exclusivo pela utilização da chave de identificação e senha de acesso ao Sistema para fins de participação no Pregão em sua forma eletrônica.

2.8. O licitante é responsável por solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio, evitando utilizações indevidas por parte de prepostos e/ou terceiros.

2.9. O licitante é responsável exclusivo pelos ônus decorrentes de eventuais perdas de negócios, como também das sanções cabíveis, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

3.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE

3.1. O particular interessado em participar da presente licitação se obriga a:

3.1.1. Responsabilizar-se pela **proposta, declarações, documentos** e demais **informações** cadastradas ou anexadas ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame.

3.1.2. Realizar as **declarações eletrônicas** exigidas no cadastro da proposta no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, sem qualquer falseamento da verdade.



- 3.1.3.** Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação, a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus anexos;
- 3.1.4.** Manter-se logado (online) ao BLL, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do Agente de Contratação via CHAT;
- 3.1.5.** Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos complementares eventualmente solicitados pelo Agente de Contratação durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus anexos, ou as determinações do responsável pela licitação (Agente de Contratação);
- 3.1.6.** Acompanhar as informações e/ou documentos disponibilizados no SÍTIO OFICIAL DA INSTITUIÇÃO em relação ao presente certame, por meio do link licitacao@feliznatal.mt.gov.br a partir da data de sua publicação até a homologação;
- 3.1.7.** Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br;
- 3.1.8.** Manter-se em **situação regular em relação às condições de participação e de habilitação** até a data da assinatura do contrato, caso seja vencedor;
- 3.1.9.** **Não fazer declaração falsa** ou não apresentar **documento falso**;
- 3.1.10.** Não cometer **fraude fiscal**;
- 3.1.11.** **Não formar conluio** ou **combinar proposta** com concorrente(s);
- 3.1.12.** Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de **mecanismos eletrônicos** de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- 3.1.13.** **Não indicar**, para fins de garantia do **anonimato** da fase competitiva, qualquer tipo de **caractere especial identificador** da empresa no cadastro da proposta eletrônica no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br;
- 3.1.14.** Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no Art. 5º da Lei Federal nº. 12.846/2013.

4.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

4.1. O processamento desta licitação será realizado sempre em SESSÃO PÚBLICA ONLINE, via Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, sendo iniciado na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

4.2. Poderá participar da presente licitação o interessado que cumulativamente cumpra os seguintes requisitos formais:

- 4.2.1.** **Cadastrar proposta eletrônica** vinculada à presente licitação, em vernáculo e na moeda corrente nacional, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;
- 4.2.2.** Realizar as **declarações eletrônicas obrigatórias**, diretamente no Sistema BLL e por meio das opções "sim" ou "não", até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;
- 4.2.3.** Encaminhar, exclusivamente via Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, a proposta comercial contendo todas as informações exigidas (adicionada de seus respectivos documentos técnicos exigidos no Termo de Referência), como também, preferencialmente, os documentos de habilitação exigidos no Edital e seus anexos até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame.



4.3. Não poderá participar da presente licitação interessado que:

4.3.1. Não cumprir os **requisitos formais** indicados no item anterior;

4.3.2. Tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração de projetos técnicos, especificações técnicas, termo de referência para a realização da presente licitação, **nos termos fixados no Art. 14, inc. I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**

4.3.3. Seja particular que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer agente político da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, **nos termos fixados no Art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021 (ANEXO VI);**

4.3.4. Esteja **impedida de licitar e de contratar** com a Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, **nos termos do disposto no Art. 156, inc. III, e seu § 4º, da Lei Federal nº. 14.133/2021**, por decisão definitiva;

4.3.5. Tenha sido **declarada inidônea** para licitar e contratar com qualquer ente da Administração Pública, **nos termos do Art. 156, inc. IV, e § 5º, da Lei Federal nº. 14.133/2021**, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força de determinação do TCU - Tribunal de Contas da União;

4.3.6. Sejam sociedades empresárias reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza e dimensão do objeto e o permissivo contido no **Art. 15 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**

4.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

4.3.8. Particular que, nos 5 anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sofrido **condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo** ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.9. Seja sociedade cooperativa, nos termos pactuados na alínea "q" da Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judiciária, firmado entre o MPT e a AGU, em 05 de junho de 2003;

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº. 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.11. A verificação dos impedimentos e condições de participação, previstos no item anterior, **ocorrerá somente após a fase competitiva do certame**, momento no qual o Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br permite a identificação das empresas participantes.

4.3.12. Analisadas as condições de participação, o Agente de Contratação decidirá fundamentadamente em relação à classificação ou não do licitante no certame, observada a ordem de classificação e apenas em relação ao melhor classificado em cada vez.

5.0 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O pedido de esclarecimento referente a este procedimento licitatório deverá ser enviado ao **Agente de Contratação**, até o fim do horário do expediente do terceiro dia útil anterior à data da sessão pública inicial do certame (**até às 23h59min do dia 10/07/2024**),



FELIZ NATAL
PREFEITURA

por meio de registro no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e/ou envio de e-mail para o endereço eletrônico licitacao@feliznatal.mt.gov.br.

5.2. O Agente de Contratação, com apoio da área técnica responsável pelo Termo de Referência e da sua equipe de apoio, **prestará os esclarecimentos** formalmente solicitados no prazo de até três dias úteis, limitando-se ao último dia útil antes do certame, por e-mail, e registro no sistema BLL e/ou disponibilizando no link https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1

ATENÇÃO: As respostas aos pedidos de esclarecimento aderem às regras do Edital e vinculam as partes.

5.3. Até o fim do expediente do terceiro dia útil anterior à data da sessão pública inicial do certame (**até às 23h59min do dia 10/07/2024**), qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá IMPUGNAR o ato convocatório do Pregão, mediante petição a ser registrada no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e/ou enviada para o endereço eletrônico licitacao@feliznatal.mt.gov.br

5.4. O **Agente de Contratação**, com apoio da unidade técnica responsável pelo Termo de Referência e da sua equipe de apoio, analisará a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis ou proporá, de forma motivada, o adiamento da sessão ou a suspensão do certame para obtenção de melhores condições de análise dos argumentos de impugnação.

5.5. Acolhida a impugnação contra este Edital e seus anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.6. As **respostas** às impugnações e aos esclarecimentos solicitados deverão ser disponibilizadas diretamente no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e/ou no **sítio oficial** da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1, para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes em potencial, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

5.7. Decairá do **direito de impugnar** os termos do Edital e seus anexos, apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão ou licitante que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

6.0 – DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL NO SISTEMA PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL

6.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da **senha de acesso** individual ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br de cada licitante, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

6.2. À luz do disposto no Art. 63, da Lei Federal nº. 14.133/2021, o licitante deverá, **obrigatória e previamente, registrar sua proposta de preços no Sistema BLL, como também anexar a respectiva proposta comercial escrita (juntamente com os**



documentos e informações técnicas de comprovação da qualidade do objeto proposto exigidos no Termo de Referência), até a data e horário marcados para abertura da sessão.

ATENÇÃO: recomenda-se que também seja anexada no sistema BLL, juntamente com a proposta comercial escrita, toda a documentação de habilitação exigida para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no item 14 do Edital.

6.3. O licitante deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, **inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total** do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: **impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos**, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

6.4. Até a abertura da sessão do certame, o licitante poderá livremente **retirar, alterar ou substituir** a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, **não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

6.5. **Não poderá ser incluído** no registro da proposta eletrônica diretamente no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa identificar o licitante, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação de sanção administrativa item 25 do edital.

6.6. **No momento do cadastro da proposta comercial deverá o licitante, além de anexar a respectiva proposta comercial escrita e a documentação de habilitação, realizar as seguintes declarações:**

- a). Que não emprega menor de 18 anos em trabalho** noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal (**ANEXO VI**);
- b). Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal (**ANEXO VI**);
- c). Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital** e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital (**ANEXO VI**);
- d). Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação** no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (**ANEXO VI**);
- e). Que a proposta foi elaborada de forma independente** (**ANEXO VII**);
- f). No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei** (**ANEXO V**);
- g). Requisitos de habilitação** - Declaração eletrônica de que cumpre plenamente as condições de habilitação fixadas no Edital e seus anexos. (**ANEXO VI**);
- h). Elaboração independente de proposta** - Declaração eletrônica de que elaborou de forma independente a proposta comercial e seu(s) lance(s), (**ANEXO VII**).



6.7. Atenção: As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo Agente de Contratação na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

6.8. A **falsidade** relativa a qualquer das declarações exigidas no item 6.6 do Edital sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no item 25 do Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

6.9. O **registro de proposta comercial eletrônica** vinculada ao presente certame **implica**, independente de expressa declaração, na(o):

- a). Aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- b). Garantia do cumprimento da proposta** por prazo mínimo de 90 dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital;
- c).** Compromisso do licitante para com o **rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições** Termo de Referência (**ANEXO II**);
- d). Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta** a partir da data da sessão eletrônica inicial, **ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta**;
- e). Submissão às sanções administrativas** previstas neste Edital e seus Anexos;
- f). Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE)** até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação.

6.10. ATENÇÃO: No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos produtos constantes no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br as especificações técnicas completas do objeto licitado, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes no Termo de Referência (**ANEXO II**).

6.11. ATENÇÃO: Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, **não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta**.

6.12. ATENÇÃO: Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao Agente de Contratação por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, **sob pena de quebra do anonimato da competição**.

7.0 – DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

7.1. A Sessão Pública eletrônica do Pregão será conduzida e gerida por Agente de Contratação, especialmente designado pela autoridade competente, sendo a **abertura prevista para a data e horário** indicados no preâmbulo do Edital, por meio do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

7.2. A comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante **troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Agente de Contratação e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.



7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, anexar a proposta comercial escrita e a documentação de habilitação, registrar os lances, anexar os documentos complementares e prestar as informações solicitadas, durante toda a licitação, **responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações**, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. A não anexação ou envio da proposta comercial e documentos de habilitação exigidos no Edital e seus Anexos, bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pelo Agente de Contratação, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, **poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas** previstas no item 25 do edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos **das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº. 14.133/2021.**

7.5. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva Ata da sessão, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio do Portal de Compras Governamentais.

7.6. Na hipótese de ocorrer **desconexão** do Agente de Contratação no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, **os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.**

7.7. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a Sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente 24 horas após comunicação expressa aos participantes, por meio do Portal no sítio Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

7.8. Cabe ao licitante acompanhar continuamente os **documentos, pareceres e atos** divulgados ou disponibilizados por meio do **sítio oficial** da Instituição na Internet https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1. Havendo necessidade, o Agente de Contratação poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia viaCHAT, como também registrando no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Em face do horário, poderá o Agente de Contratação estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

8.0 – DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.1. Antes da etapa de disputa, o Agente de Contratação verificará preliminarmente as propostas comerciais registradas eletronicamente no sistema e desclassificará, **por despacho fundamentado**, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.**



8.2. Não será aceita proposta que indique **quantidade inferior** àquela exigida no Termo de Referência (**ANEXO II**).

8.3. Qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa vir a **identificar** o licitante perante os demais concorrentes poderá importar na desclassificação da proposta.

8.4. A desclassificação da proposta será sempre **fundamentada** e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

8.5. Somente os licitantes com **propostas julgadas conformes** com as exigências formais do Edital e seus anexos participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pelo Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

8.6. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o Agente de Contratação declarará o certame deserto.

8.7. Caso todas as propostas cadastradas restem desclassificadas, o Agente de Contratação declarará o certame frustrado.

9.0 – DA ETAPA DE DISPUTA DE LANCES ELETRÔNICOS

9.1. Abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro juntamente com a equipe técnica de apoio verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;



9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, poderá ser discutido durante a sessão eletrônica.

9.10. Será adotado para o envio de lances no presente processo o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18. O Critério de Julgamento adotado será de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.19. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº. 8.538, de 2015.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor



proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as demais licitantes micro empresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.0 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPPs DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

10.1. Quanto ao grupo/itens, na fase de proposta será concedido tratamento diferenciado às ME's, EPP's caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de grande porte e haja proposta apresentada por ME/EPP de valor até **5%** superior ao da melhor proposta, oportunidade em que o Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, automaticamente, procederá da seguinte forma:

- a).** A ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências do Edital e seus anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame.
- b).** Não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 minutos.
- c).** Havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar Federal nº. 123/2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiro.
- d).** O sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 minutos, sob pena de decadência do direito concedido.

10.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

10.3. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos critérios de desempate e direito de preferência fixados no Art. 60, caput e seu § 1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

10.3.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a).** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b).** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão



preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c). Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d). Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

e). Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

f). Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

g). Empresas brasileiras;

h). Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

i). Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

j). As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no [Art. 44 da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

10.3.2. O direito de preferência aqui previsto apenas poderá ser exercido se houver proposta(s) de **valor até 10% superior** ao da mais bem classificada, segundo a ordem de classificação após a preferência das ME's/EPP's ou da fase de lances, observados a ordem de preferência indicada na legislação.

10.3.3. Tratando-se de bens e serviços de TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação, a comprovação da condição especial do objeto que garanta o exercício do direito de preferência versado neste item deverá ocorrer por meio da apresentação dos documentos indicados no Art. 5º do Decreto nº. 7.174/2010.

10.3.4. Quando convocada pelo Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, via CHAT, o licitante deverá apresentar proposta igual ou inferior à do licitante mais bem classificado, no prazo de 5 minutos, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

10.3.5. Caso a preferência não seja exercida na forma das alíneas anteriores, o sistema convocará as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista neste item, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

10.3.6. Na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de preferência descrito neste item, será mantida a ordem classificatória do certame.

10.3.7. Na hipótese de não haver empresas nessas condições, o procedimento licitatório prosseguirá automaticamente com os demais licitantes, sem que haja qualquer referência à presente fase.

10.4. Na fase de habilitação, será concedido tratamento diferenciado às ME's/EPP's que estejam com problemas de regularidade fiscal e trabalhista, à luz do disposto nos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, conforme as seguintes regras:

10.4.1. Em se tratando de microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte com alguma restrição na comprovação da habilitação fiscal e trabalhista, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação;

10.4.2. Será assegurado o prazo de 05 dias úteis, **cujo termo inicial corresponderá**



ao momento da convocação para assinatura do termo ou instrumento contratual, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;

10.4.3. A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado na alínea anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos;

10.4.4. No caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmamento do contrato.

11.0 – DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO

11.1. O Agente de Contratação examinará as propostas/lances finais aduzidos quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo aceitável, não sendo aceita a proposta/lance final com valor por item superior ao máximo fixado, por despacho fundamentado do Agente de Contratação e observadas as condições do caso concreto, ressalvadas as hipóteses contidas no item 12 e 13 do Edital.

11.2. Não será aceita proposta/lance final que apresentar **valor global irrisório ou igual a zero por item**, sendo considerado **irrisório** o valor:

VP ≤ 30% DO VR OU MP

Onde:

- 1).** VP – Valor da proposta/lance final;
- 2).** MP – Média das propostas finais após a etapa de disputa de lances, a qual será calculada considerando apenas as propostas finais inferiores ao valor de referência e superiores a 50% de tal valor;
- 3).** VR – Valor máximo aceitável;
- 4).** Será considerado o menor dos valores entre o VR e MP;

11.3. Para fins de **julgamento objetivo** do presente certame, constitui presunção relativa de inexecutabilidade o preço global proposto cujo valor final esteja compreendido na faixa fixada na regra aritmética abaixo:

30% DO VR OU MP ≤ VP ≤ 70% DO VR OU MP

Onde:

- 1).** VP – Valor da proposta final após a fase de lances;
- 2).** MP – Média das propostas finais após a etapa de disputa de lances, a qual será calculada considerando apenas as propostas finais inferiores a valor de referência e superiores a 50% de tal valor;
- 3).** VR – Valor máximo aceitável;
- 4).** Será considerado o menor dos valores entre o VR e MP;

11.4. Se constatada a **presunção de inexecutabilidade do preço** final proposto, o Agente de Contratação deverá efetuar diligências, nos termos do **Art. 59, inc. III, Lei Federal nº. 14.133/2021**, para permitir ao licitante demonstrar a exequibilidade de seu preço, **por meio da apresentação de planilha de custos e respectivas cópias de notas fiscais ou propostas de fornecedores, além de outros documentos probatórios hábeis**, adotando o seguinte procedimento:



- a). O Agente de Contratação solicitará ao licitante, via CHAT, a apresentação de documentação comprobatória da viabilidade da proposta apresentada no prazo de até 60 minutos;
- b). O licitante deverá encaminhar por meio da opção “Enviar Anexo”, do Sistema Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, a documentação solicitada ou requerer, em razão da complexidade do objeto, a dilação do prazo indicado na alínea anterior;
- c). O Agente de Contratação poderá dilatar o prazo para até 24 horas, com a devida suspensão da sessão, ou decidirá motivadamente sobre o fato com base na documentação apresentada;
- d). O licitante deverá apresentar planilha de custo e formação de preço para os produtos cotados, como também apresentar documentos que comprovem o seu custo ou utilizar qualquer meio de prova admitido em Direito (se for o caso);
- e). A inexecutabilidade não será apurada em relação a **itens isolados** da planilha de custo e formação de preços, mas tão somente em face do preço global;
- f). Para fins de adequação da proposta, o Agente de Contratação poderá solicitar que sejam realizadas **correções da planilha de custo e formação de preços**, desde que não haja majoração de preço proposto.

11.5. Caso todos os licitantes tenham apresentado preços finais superiores ao máximo fixado no edital, será realizado **negociação** prévia conforme item 12 do Edital, na ordem de classificação, para fins de redução de preços. Não logrando sucesso tal negociação, o Agente de Contratação procederá à desclassificação de todas as propostas, podendo declarar o certame frustrado.

11.6. Não se considerará qualquer **oferta de vantagem não prevista** neste Edital e seus anexos, inclusive doações ou financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.0 – DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Aceita a proposta mais bem classificada para o item, o Agente de Contratação procederá à negociação por meio do CHAT, sendo o licitante convocado para, **no prazo fixado pelo Agente de Contratação (que não será inferior a 15 minutos)**, pronunciar-se quanto à possibilidade ou não da **redução dos preços**, prorrogável a pedido do licitante e a critério do Agente de Contratação.

12.2. Eventual(is) redução(ões) de preço(s) alcançada(s) na negociação será(ão) informado(s) via CHAT pelo licitante e, posteriormente, registrado no Sistema diretamente pelo Agente de Contratação, por ocasião da classificação da(s) proposta(s), bem como incorporado à proposta comercial ajustada ao valor final proposto/negociado.

12.3. Na ausência de manifestação do licitante quanto à convocação disposta no item 12.1 do Edital, o Agente de Contratação poderá dar seguimento ao certame, prevalecendo o valor do último lance ofertado, salvo se o preço final proposto for superior ao estimado pela administração.

12.4. Caso o preço final da proposta melhor classificada seja superior ao preço máximo, e não havendo sucesso na negociação junto ao licitante, proceder-se-á na forma fixada no item 11.5 do Edital.



13.0 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. Nos termos fixados no Item 6.2 do Edital, a proposta comercial escrita (e os documentos e informações técnicas pertinentes ao objeto, tais como: **fichas técnicas, folderes, encartes, links de fabricantes, certificados, cartas de solidariedade**, entre outros, conforme com as exigências contidas no Termo de Referência), deverá ser, previa e exclusivamente, anexada ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, até a data e horário definidos para a abertura da sessão pública do certame, podendo o Agente de Contratação, a seu critério e considerando a natureza do objeto e as regras editalícias, **solicitar VIA CHAT, durante as fases de julgamento das propostas, que a empresa encaminhe a proposta comercial ajustada ao valor final proposto**, como também eventual complementação da documentação comprobatória de requisito técnico de qualidade do objeto necessária ao julgamento da proposta, por meio da opção “ENVIAR ANEXO”, segundo os prazos específicos fixados nos itens 14.3 do Edital, contados da convocação do Agente de Contratação, prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do Agente de Contratação, desde que a situação assim exija.

13.2. Nada obstante o disposto no Item 6.2 do Edital, a documentação de habilitação deverá ser anexada ao portal: bolsa de licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, no prazo indicado no item 17.1 do Edital, a partir da solicitação VIA CHAT e da abertura da opção “ENVIAR ANEXO”.

13.3. A partir da solicitação ou convocação via Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br para o encaminhamento da proposta comercial ajustada, da documentação de habilitação e/ou de documentação complementar, deverão ser observadas as seguintes regras:

a). Na impossibilidade do encaminhamento via Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, poderá ser facultado ao licitante o seu envio por e-mail licitacao@feliznatal.mt.gov.br, observados os prazos fixados; Neste caso, a referida documentação ou proposta ajustada será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, no link https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1.

(ATENÇÃO: Lembrar que qualquer encaminhamento de proposta ou documentação antes do fim da etapa de disputa prejudicará o anonimato);

b). Se o licitante não estiver logado e/ou não responder, **decairá do direito de continuar participando da licitação** e terá sua proposta desclassificada ou, ainda, será inabilitado, caso não anexo ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br o que foi solicitado/convocado até o prazo previsto neste Edital;

c). Para fins de viabilização operacional, e considerando limitações de tamanho ou quantidades de arquivos, e dificuldades operacionais enfrentadas pelo licitante, **o Agente de Contratação poderá convocar e reconvocar a opção “ENVIAR ANEXO” quantas vezes se fizerem necessárias**, visando a finalidade do ato e a ampliação da competitividade;

d). Para fins de viabilizar a juntada dos documentos no sistema interno de processos administrativos virtuais da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, recomenda-se que a empresa anexe arquivos no tamanho máximo de 15 MB, facultando sua divisão para observância deste limite, sugerindo-se compreensiva nomeação dos documentos.



13.4. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, toda a proposta e documentação exigida neste Edital e seus anexos deverá ser emitida **em nome do licitante**, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a).** No caso em que o licitante seja **matriz**, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da **matriz**;
- b).** No caso em que o licitante seja **filial**, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito (CND) perante o INSS, **desde que conste no próprio documento a validade para a matriz e a filial**; como também, quanto ao Certificado de Regularidade de Situação (FGTS) para o licitante que proceda ao recolhimento dos encargos de forma centralizada;
- c).** Será dispensada a apresentação, no nome e no CNPJ da filial, daquele documento que, pela própria natureza, apenas seja emitido em nome da **matriz**;
- d).** O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que efetivamente executará o objeto da presente licitação;
- e).** Caso a contratada opte, em decorrência dos pagamentos, por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como daquele que efetivamente executará o objeto.

13.5. Em se tratando de ME/EPP, e havendo alguma restrição na comprovação da habilitação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 dias úteis, **cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões.

13.6. A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos, sendo facultado à Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para pactuação do futuro Contrato.

13.7. Na hipótese de o licitante não atender ao chamado para anexar ou enviar a proposta comercial escrita, poderá o julgamento ser realizado com base na proposta comercial eletrônica inicialmente cadastrada no Sistema Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br caso conste descrição completa do objeto licitado com todas as informações necessárias e suficientes, de maneira que seja possível a análise da qualidade do objeto proposto, a critério do Agente de Contratação.

13.8. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar documentação complementar à proposta e habilitação, poderá ser desclassificado ou inabilitado, além de se sujeitar às sanções administrativas previstas neste edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

13.9. As empresas participantes do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente previstos no Edital e seus anexos e/ou solicitado pelo Agente de Contratação mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (CHAT), sob pena de serem estes descartados.



13.11. A documentação original ou cópia autenticada, apenas quando for solicitado expressamente pelo agente de contratação, deverá ser encaminhada, no prazo de até cinco dias úteis, contados da solicitação, ao endereço constante no preâmbulo do Edital e em atenção à Seção de Licitações e Contratos desta Instituição.

13.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a legitimidade de documento apresentado, bem como exequibilidade do preço e qualidade do objeto proposto, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.0 – DA PROPOSTA COMERCIAL

14.1. A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá ser apresentada/anexada ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br contendo os requisitos, informações e documentos exigidos no **Termo de Referência**, observadas as regras contidas no Item 6 do Edital.

14.2. Havendo aceitação da proposta comercial eletrônica classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação poderá solicitar do licitante vencedor o encaminhamento, Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, da proposta comercial escrita, devidamente ajustada ao último **lance** ou ao **valor negociado**, bem como eventualmente documentação complementar para fins julgamento da conformidade técnica do objeto proposta, observadas as regras contidas nos itens 6 e 13 do Edital.

14.3. Na hipótese prevista no subitem anterior do Edital, o prazo para encaminhamento será de **até 120 minutos**, contados da convocação da opção "ENVIAR ANEXO", podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Agente de Contratação.

14.4. A partir de entendimento firmado pelo TCU no Acórdão nº. 2.443/2021 – Plenário, a vedação no Art. 64 da Lei Federal nº. 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de proposta preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br no momento do cadastro da proposta, de forma que poderá o Agente de Contratação diligenciar para permitir tal complementação de documentos.

15.0 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

15.1. O julgamento da proposta será realizado pelo critério do **Menor Preço Por Item**, observadas as exigências mínimas de qualidade do objeto proposto pelo licitante, e a exequibilidade do preço proposto.

15.2. O Agente de Contratação poderá solicitar PARECER TÉCNICO à unidade solicitante, para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência (**ANEXO II**).

15.3. Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus anexos, o Agente de Contratação passará à fase de habilitação.

15.4. O Agente de Contratação poderá solicitar PARECER TÉCNICO à unidade solicitante, para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas



no Projeto Básico/Termo de Referência (**ANEXO II**).

15.5. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus anexos que não afetem a essência da proposta do licitante poderão ser dispensadas ou **até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO"** pelo Agente de Contratação, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

15.6. Será classificada a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus anexos, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico (**ANEXO II**).

15.7. Se a proposta for desclassificada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus anexos, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

15.8. Será desclassificada, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 15.9 a 15.12 do Edital:

15.9. Quaisquer modelos apensos (ou anexados) a este Edital servem **apenas como orientação aos licitantes**, não sendo motivo de desclassificação a apresentação de propostas ou documentos que sejam elaboradas de forma diferente, mas que contenham os elementos essenciais para comprovação das informações necessárias.

15.10. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o Agente de Contratação **poderá**:

- a).** Solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- b).** **Sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- e).** **Realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

15.11. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o agente de contratação passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 10 do Edital.

15.12. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

15.11.1. Valor unitário

15.11.2. Marca/modelo (se houver);

15.11.3. Fabricante;

15.11.4. Descrição detalhada dos produtos, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo



de validade ou de garantia;

15.11.5. Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico (**ANEXO II**);

16.0 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens abaixo, desde que atendidos os requisitos especificados nas observações deste item.

16.2. DA HABILITAÇÃO JURIDICA

16.2.1. Documento de Identificação, com foto e em vigor, de todos os sócios da empresa e do signatário da proposta caso não seja sócio, acompanhado de procuração, pública ou particular, quando particular com firma reconhecida em cartório, com fins específicos para representar a empresa em licitações, com poderes para dar lance;

16.2.2. Registro comercial, no caso de Empresa Individual;

16.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

16.2.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

16.2.5. Empresa ou sociedade estrangeira: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.2.6. Certificado de Condição de Micro Empreendedor Individual (CCMEI).

16.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

16.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

16.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo licitado;

16.3.3. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) está prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº. 443, de 17 de outubro de 2014, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br.

16.3.4. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão emissor.

16.3.5. Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da licitante.

16.3.6. Certidão Negativa relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

16.3.7. Certidão Negativa de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452/43 (Incluído pela Lei Federal nº. 12.440/2011).

16.3.8. Relatório de Consulta Consolidada (TCU, CNJ, Portal da Transparência) de Pessoa Jurídica disponível no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.



FELIZ NATAL

PREFEITURA

EXEMPLO



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 25/06/2020 10:09:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MUNICIPIO DE FELIZ NATAL**
CNPJ: **01.614.088/0001-02**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

16.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.4.1. Certidão Negativa de Falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica e que esteja dentro do seu prazo de validade;

16.4.1.1. Caso não conste expressamente o prazo de validade, será considerada válida a Certidão de que trata o item anterior que tenha sido emitida no máximo até 90 (noventa) dias da data de abertura do certame.

16.4.1.2. Ao solicitar as Certidões de Falência e Concordata, ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, perante o Poder Judiciário do Estado De Mato Grosso, devem ser selecionadas as opções **AUTOR e RÉU**, para o cumprimento do Art. 69, II da Lei Federal nº. 14.133/2021. Para os licitantes dos demais estados, caso não contenha os termos acima, deverão certificar que as certidões expedidas em suas comarcas atestam a inexistência de ações de Falência e Concordata movidas ou em desfavor da empresa solicitante. Podendo o Agente de Contratação e/ou Pregoeiro realizar diligência a fim de verificar o atendimento da Lei Federal nº. 14.133/2021, em vistas do Art. 97 da Lei nº. 11.101/05.

16.4.1.3. Para os licitantes dos demais estados, deverão certificar-se de que as certidões expedidas em suas comarcas, mesmo que não contenham especificamente os termos acima, atestam a inexistência de ações de falência e concordata movidas pelo autor ou em face do mesmo, uma vez que, diante de cada caso concreto, o pregoeiro poderá realizar diligências a fim de verificar o atendimento das informações mínimas necessárias para a certificação exigida pela Lei.



16.4.1.4. Caso a Certidão seja Positiva de Recuperação, deverá a empresa apresentar a comprovação que seu Plano de Recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da Lei nº. 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

16.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; (Art. 69, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021).

16.4.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº. 14.133/2021, Art. 65, §1º).

16.4.2.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

16.4.2.3. O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

16.4.2.4. Para fins de atendimento ao disposto no item 16.4 do edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

16.4.2.4.1. Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

- a). Publicados em Diário Oficial;
- b). Publicados em jornal de grande circulação;
- c). Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

16.4.2.4.2. Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a). Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou;
- b). Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante

16.4.2.4.3. Caso se trate de Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº. 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP):

- a). Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou;
- b). As ME e EPP optantes pela contabilidade simplificada nos termos do Art. 27 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão apresentar Declaração Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício, ou se forem cadastradas e optantes pelo “SIMPLES NACIONAL”, deverão apresentar juntamente com a IRPJ a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS gerada pelo PGDAS-D, referente aos 2 (dois) últimos exercícios;

16.4.2.4.4. Caso se trate de empresas com enquadramento de Microempreendedor Individual deverão apresentar a DASN SIMEI – Declaração Anual do Simples Nacional, dos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e



apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa e o faturamento para permanência no enquadramento.

16.4.2.4.5. Caso se trate de tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº. 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) referente aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na seguinte forma:

- a). Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;
- b). Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);
- c). Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)

16.4.2. Comprovação da Capacidade Econômico – Financeira por meio de demonstração através dos seguintes índices:

a). ILC (Índice de Liquidez Corrente), maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:		
$ILC = \frac{AC}{PC}$		
AC = Ativo Circulante		PC = Passivo Circulante
b). ILG (Índice de Liquidez Geral), maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:		
$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$		
AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	ELP = Exigível a Longo Prazo
	RLP = Realizável a Longo Prazo	
c). GS (Grau de Solvência) maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:		
$GS = \frac{AT}{PC + ELP}$		
AT = Ativo Total	PC = Passivo Circulante	ELP = Exigível a Longo Prazo

16.4.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Grau de Solvência (GS), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

16.4.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16.4.5. Para fins de análise da situação econômico-financeiro, poderá ser solicitada da licitante declaração ou demonstração da situação econômico-financeira emitida por profissional habilitado da área contábil, como também notas explicativas e outras informações ou documentos contábeis para fins de melhor esclarecimento da situação da licitante.



16.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA- PESSOA JURIDICA E DEMAIS DOCUMENTOS

16.5.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) **atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais tenha desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades, prazos com o Objeto desta licitação.

16.5.2. Quando o atestado for emitido por pessoa Jurídica de direito privado ou pessoa física ele deverá ter firma reconhecida em cartório.

16.5.3. Apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de itens similares ao especificado neste edital. Na descrição deverão conter informações que permitam aferir a semelhança ou afinidade com o objeto licitado.

16.5.4. Os atestados devem conter:

I - CNPJ da licitante e endereço atualizado da empresa;

II - Relatório dos itens entregues;

III - Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

IV - A Administração se reserva no direito de diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o fornecimento, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução de entrega dos produtos.

16.5.5. Em hipótese alguma será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

16.6. A critério do **Agente de Contratação**, caso haja disponibilidade ON LINE e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, **poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet** para fins de **comprovação de regularidade de situação** dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

16.7. Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas nesta cláusula, serão considerados válidos aqueles emitidos há, no máximo, 180 dias da data da sessão inicial do presente certame.

17.0 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

17.1. Havendo julgamento favorável à classificação da proposta comercial, o Agente de Contratação convocará via Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br o Licitante, **caso não já tendo sido anexada no instante de cadastro da proposta comercial**, nos termos previstos no item 6.2 do Edital, para fins de encaminhamento/anexação da documentação de habilitação, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até **60 minutos**, contados a partir da convocação do Agente de Contratação, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Agente de Contratação, observadas as regras contidas no item 16 do Edital.

a). (ATENÇÃO: A partir de entendimento firmado pelo TCU no Acórdão nº. 2.443/2021 – Plenário, a vedação no Art. 64 da Lei Federal nº. 14.133/2021 **não alcança documentos destinados a atestar** condições de habilitação pré-existent à abertura da sessão pública que não foram anexados ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil –



FELIZ NATAL
PREFEITURA

BLL www.bll.org.br no momento oportuno, de forma que poderá o Agente de Contratação diligenciar para permitir tal complementação de documentos).

17.2. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, **ou até para fins de obtenção de certidões e informações**, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

17.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer técnico à unidade técnica solicitante, bem como ao **Setor de Contabilidade**, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e **qualificação econômico-financeira** às exigências contidas no Edital e seus anexos.

17.4. Poderá ser inabilitado o licitante que:

- a). Deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 16 do Edital;
- b). Apresentar certidão ou outro documento com **prazo de validade vencido**, contidos nos itens 16.4.1 do Edital, ressalvadas os permissivos;
- c). Não contenha em seu ato constitutivo **atividade econômica compatível** com o objeto da presente licitação;
- c). Não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

17.5. Sendo o licitante ME/EPP, não será motivo de inabilitação a existência de **restrições** na sua habilitação fiscal e trabalhista, sendo observado o seguinte procedimento:

- a). Será o licitante declarado habilitado no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar Federal nº. 123/2006.
- b). Será assegurado o prazo de 05 dias úteis, **cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato**, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c). A não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na **decadência do direito à contratação**, sendo facultado à Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

17.6. Será habilitado o licitante que comprovar satisfatoriamente todos as capacidades subjetivas exigidas no item 16 do Edital.

17.7. No julgamento da habilitação, poderá o **Agente de Contratação** adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem **sanar erros ou falhas** que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

18.0 – DO RECURSO ADMINISTRATIVO

18.1. Declarado o(s) vencedor(es), o Agente de Contratação abrirá prazo mínimo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is)



motivo(s).

18.2. O recurso administrativo poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo Agente de Contratação durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

18.3. Havendo registro de intenção de recurso, o Agente de contratação fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos **pressupostos recursais de admissibilidade**.

18.4. Será **rejeitada** a INTENÇÃO DE RECURSO de **caráter protelatório** que:

- a). Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b). Seja intempestiva;
- c). Ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo Agente de Contratação no certame; e/ou
- d). Seja fundamentada em **mera insatisfação do licitante**, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

18.5. A recorrente que tiver sua **intenção de recurso aceita** terá o prazo de **03 dias** para apresentar as **razões do recurso**, por meio de registro no sistema ou via e-mail licitacao@feliznatal.mt.gov.br, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar **contrarrazões**, também via sistema ou por e-mail, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

18.6. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio sistema Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

18.7. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o Agente de Contratação deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

- a). **Reconsiderar**, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,
- b). **Manter** inalterada a decisão recorrida.

18.8. Em qualquer das situações contidas no item 18.7, o processo deverá ser submetido, depois de devidamente instruído pelo Agente de Contratação, à **análise hierárquica superior** para fins de decisão final, podendo a Autoridade Superior:

- a). Decidir de pronto o **mérito do recurso**, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do Agente de Contratação.
- b). Determinar **prévia emissão de parecer** da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.
- c). Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

18.9. A **não apresentação das razões** referente à intenção de recurso registrada no sistema



no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do Agente de Contratação ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do **direito constitucional de petição** (Art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

18.10. Não cabe **recurso adesivo** por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

18.11. Na análise e julgamento do recurso, poderá o Agente de Contratação baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica responsável pela especificação do objeto, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

18.12. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame conforme item 19.

18.13. No caso de licitações com julgamento por item, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação aos itens recorrido(s), **inclusive quanto ao prazo de validade da proposta**, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação.

19.0 – DA REABERTURA DA SESSÃO

19.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta, em prazo não inferior a 24 horas, em relação aos itens do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a **ordem classificatória** da fase de lances:

- a).** Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à **anulação** de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b).** Constatado **erro/impropriedade** na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c).** Licitante declarado vencedor que **não assinar** o instrumento contratual, não havendo cadastro de reserva, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d).** ME/EPP/COOPERATIVA com **restrição da habilitação fiscal e trabalhista** que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do Art. 43, §1º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- e).** Licitante vencedor que **não mantenha as condições de participação e de habilitação** até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL



www.bll.org.br a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

- a). A convocação se dará por meio do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

19.3. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

20.0 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Quando não houver recurso administrativo, o Agente de Contratação encerrará a sessão e adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o Agente de Contratação encaminhará o processo devidamente instruído à apreciação da direção do foro para fins de homologação.

20.2. Caso haja recurso administrativo, o processo será submetido à superior consideração da direção do foro para fins de **decisão final do recurso, homologação** do certame e **adjudicação** do objeto ao(s) vencedor(es), por item.

20.3. Por meio de despacho fundamentado, poderá a autoridade superior:

- a). **Homologar** o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b). **Anular** o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c). **Revogar** o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

20.4. Não havendo homologação do certame após decorridos 90 dias da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

21.0 – DA PUBLICIDADE

21.1. A publicidade do Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados no Art. 54 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

21.2. O presente Edital será **publicado**, em forma de AVISO, nos termos determinados pelos **Arts. 54 e 174, da Lei Federal nº. 14.133/2021**, Diário Oficial dos Municípios (AMM) e Diário Oficial do Tribunal de Contas (TCE) do Estado de Mato Grosso, e será **divulgado** pelo Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, nos termos fixados nos arts. 54 e 174, Lei Federal nº. 14.133/2021.

21.3. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados no Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, e no sítio internet da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://www.feliznatal.mt.gov.br>.



21.4 O extrato do futuro Termo de Contrato será publicado nos mesmos meios de comunicação.

22.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A vigência da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.

22.2. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, para o exercício de 2024/2025.

22.3. O programa de trabalho e os elementos de despesa específicos constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

23.0 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante empenho, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Secretaria solicitante, através de depósito bancário, em nome da Contratada.

23.1.1. O pagamento somente será realizado após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por pelo Departamento de Compras da Prefeitura.

23.1.2. O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura e a respectiva entrega dos produtos.

23.2. O pagamento somente será efetuado mediante:

23.2.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)** está prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº. 443, de 17 de outubro de 2014;

23.2.2. Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;**

23.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

23.4. A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

23.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

23.6. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos produtos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

23.7. Nenhum pagamento isentará o fornecedor/contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



23.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

23.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

23.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada, ou inadimplência contratual.

24.0 – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

24.1. Os preços referentes ao(s) objeto(s) contratado(s) poderão ser reajustados/repactuados, para mais ou para menos, de forma anual, nos termos fixados no Termo de Referência (ANEXO II).

24.2. Havendo comprovado **desequilíbrio contratual**, caberá **revisão** de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos **Arts. 124, inc. II, alínea “d”, 130, 131 e 134, Lei Federal nº. 14.133/2021**.

24.3. No caso de **desequilíbrio contratual**, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual, observadas as regras específicas contida nos Art. 25, § 8º, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

25.0 – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas, no que couber as condições e regras estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133/2021, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços;

25.2. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

25.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

25.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

25.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes conforme Art. 86, § 4º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

25.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o Art. 86, § 2º da Lei Federal nº. 14.133/2021, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

25.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail: licitacao@feliznatal.mt.gov.br ou pelo endereço Av. Maravilha s/n, Praça da Bíblia - Centro - CEP 78.885.000 - Feliz Natal - MT - Fone: 66 3585-2700.

26.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste Edital são aquelas previstas no **Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº. 14.133/2021**, sendo o procedimento de apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções cabíveis realizado, de forma objetiva, segundo a sistematização disciplina no **Regulamento Interno de Procedimentos para Apuração da Responsabilidade e Aplicação de Sanção Administrativa**, disponível no link https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1.

26.2. As categorias de infrações contratuais, as condutas irregulares (e situações contratuais concretas a ser enquadradas), as sanções cabíveis e os ritos de apuração da responsabilidade da contratada deverão observar o disposto na tabela abaixo:

CATEGORIA DE INFRAÇÕES	CONDUTA(S) CONCRETAS IMPRÓPRIAS	SANÇÕES CABÍVEIS E RITO DE APURAÇÃO
Inexecução parcial das obrigações de licitante	Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos à Administração ou ao interesse público primário	Sanções Cabíveis: a). Advertência formal; e, b). Multa compensatória de 0,5% a 5% do valor total estimado da licitação; Procedimento: Rito sumário.
	Cadastrar propostas comerciais eletrônicas com valores exorbitantes em relação ao valor máximo	
	Não cumprir com as obrigações de licitante previstas no item 03 do Edital, exceto se classificada em outra categoria mais grave	
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Não entregar documentação exigida no edital ou solicitada pelo Agente de Contratação	Sanções cabíveis: a). Impedimento de licitar e contratar por até 2 anos ; b). Declaração de inidoneidade por 3 anos; c). Multa compensatória de até 10% do valor total de referência da licitação; Procedimento: Rito ordinário.
	Não atender ao chamado do Agente de Contratação via CHAT que resulte na sua desclassificação ou inabilitação	
Não manter a proposta, não celebrar o contrato ou não	Recursar-se a manter a proposta ou lance final apresentados formalmente no certame	Sanções cabíveis: a). Impedimento de licitar e contratar por até 2 anos ; ou, declaração de inidoneidade



apresentar a documentação exigida para a contratação	Não comprovar as condições subjetivas de contratação, bem como de habilitação exigidas no certame no momento da assinatura do termo de contrato	por 3 anos; b). Multa compensatória de até 20% do valor total de referência da licitação; Procedimento: Rito ordinário.
	Recusar-se a assinar o Termo de Contrato no prazo e condições fixadas no Edital	
Documentação, declaração ou informação falsa	Apresentar qualquer documento falso para o certame	Sanções cabíveis: a). Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; ou declaração de inidoneidade de 3 a 4 anos; b). Multa compensatória de até 25% do valor total de referência da licitação; Procedimento: Rito ordinário.
	Prestar qualquer informação ou declaração falsa para o certame	
Fraudar a licitação ou praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação	Cadastrar proposta comercial eletrônica contendo qualquer nome, texto, elemento ou caractere especial com o objetivo de possibilitar a sua identificação durante a fase de lances	Sanções cabíveis: a). Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; ou declaração de inidoneidade de 4 a 6 anos; b). Multa compensatória de 20 a 30% do valor total de referência da licitação ou da contratação; Procedimento: Rito ordinário.
	Utilizar robô ou outro meio automático de envio de lances para obter vantagem na competição	
	Participar de cartel ou de conluio para fraudar a licitação	
	Combinar preços com outros concorrentes	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Comportar-se de forma a tumultuar o certame	Sanções cabíveis: a). Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; ou declaração de inidoneidade de 3 a 4 anos; e, b). Multa compensatória de 15 a 25% do valor total de referência da licitação ou da contratação; Procedimento: Rito ordinário
	Cometer fraude fiscal no certame	
Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013		Sanções cabíveis: a). Declaração de inidoneidade de 4 a 6 anos; e/ou b). Multa compensatória de 20 a 30% do valor total de referência da licitação ou da contratação; Procedimento: Rito ordinário.

26.3. Na ocorrência de inadimplemento de outras obrigações/deveres contidos neste Edital, e não contempladas na alínea anterior deste item, caberá ao Agente de Contratação propor o enquadramento da conduta da categorial infracional proporcionalmente adequada, observados o contraditório e a ampla defesa.

26.4. Cabe ao Agente de Contratação propor a abertura de processo administrativo sancionador, procedendo à devida instrução processual para fins de comprovação da conduta infracional da Licitante.



26.5. O procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação da sanção cabível será conduzido por Comissão Processante, nos termos do **Regulamento Interno de Procedimentos para Apuração da Responsabilidade e Aplicação de Sanção Administrativa**, disponível em

https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1.

27.0 – DA CONTRATAÇÃO

27.1. A **contratação** do objeto da presente licitação será formalizada por intermédio de **Termo de Contrato, se for o caso**, contendo todas as cláusulas e condições necessárias e suficientes para disciplinar a relação contratual, **à luz do disposto nos Arts. 89 e 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021**.

27.2. A **vigência** da(s) contratação(ões) decorrente(s) desta licitação observará os prazos e condições fixados no Termo de Referência (**ANEXO II**).

27.3. Convocado para assinatura ou aceitação da nota de empenho de despesas, e antes de formalizar a contratação, o particular deverá (conforme o caso) comprovar a regularidade fiscal e trabalhista exigida para habilitação, bem como as condições de contratação por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

27.4. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido, nos termos do Art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

27.5. O Contratado deverá apresentar garantia contratual, se for o caso, por meio de uma das modalidades previstas da Lei, no montante de 5% do valor global da contratação, observadas regras fixadas no Termo de Referência (**ANEXO II**).

27.6. A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) observar o disposto no inciso VI, Art. 2º, da Resolução nº. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça (alterada pela Resolução 299/2016) que veda a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; bem como o previsto no Art. 3º da mesma Resolução (redação dada pela Resolução nº. 09/2005), no tocante à vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de entrega de produtos com empresa que possua em seu quadro, ou que venha a contratar, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo na ocorrência de quaisquer das hipóteses suso descritas, comunicar, de imediato e por escrito, a esta Seção Judiciária.

27.7. O(s) Particular(es) a ser(em) contratado(s) deverá(ão) observar a vedação de que não mantenham qualquer relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer agente político da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT,



ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos fixados no Art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

27.8. Convocado para retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato, o Particular vencedor do certame terá o prazo de 5 dias para fazê-lo, podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, sob pena de perder o direito público subjetivo à contratação.

27.9. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para retirada de nota de empenho e/ou assinatura do Termo de Contrato, ficam os licitantes liberados de seus compromissos assumidos com as respectivas propostas.

27.10. Caso o licitante vencedor do certame não mantenha a proposta, não assine o Termo de Contrato ou não retire a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas no item 26.9 do Edital, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor; ou revogar a licitação.

27.11. Não havendo licitante interessado em retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato nas mesmas condições do licitante vencedor prevista no item anterior do Edital, poderá a Administração:

- a).** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do licitante vencedor do certame; ou
- b).** Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição prevista na alínea anterior.

27.12. A recusa injustificada do licitante vencedor do certame em retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o Particular às sanções legalmente estabelecidas, bem como à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município (se houver).

28.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. A critério da Administração, poderá a presente licitação:

- a).** Ter a sessão inicial adiada, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM), Diário Oficial do Tribunal de Contas (TCE) do Estado de Mato Grosso e registro no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, para fins de obtenção de melhores condições de análise de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, além de outras razões de interesse da Instituição.
- b).** Ser suspensa, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial e registro no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, para fins de readaptação de eventuais falhas e/ou inadequações identificadas.
- c).** Ser revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente



ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

d). Ser anulada, de ofício ou por provocação de terceiros, caso haja invalidade ou ilegalidade, mediante Despacho escrito e devidamente fundamentado, podendo ser aproveitados os atos pretéritos ao momento da ilegalidade, observado o disposto no Art. 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

28.2. A anulação do procedimento licitatório induz ao da contratação, mantendo-se hígidos todos os atos não contaminados pela ilegalidade declarada.

28.3. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

28.4. O Agente de Contratação autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo no sentido de ampliar a competição e de melhor alcançar a finalidade pública pretendida com o presente certame.

28.5. Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

28.6. As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público primário, a finalidade e a validade e segurança jurídica da contratação.

28.7. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das regras constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

28.8. Serão aceitos como comunicação oficial e/ou meio de prova das formalidades inerentes a este certame os documentos, correspondências, comunicação e/ou notificações disponíveis em sítios oficiais de instituições públicas na Internet e/ou encaminhadas por e-mail licitacao@feliznatal.mt.gov.br, bem como registrados no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br ou publicados nos mesmos meios de comunicação, nos termos da legislação.

28.9. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que se baseará nos princípios aplicáveis à Administração Pública e às licitações públicas, como também nas disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021. Maiores esclarecimentos e informações sobre este Pregão Eletrônico serão prestados pelo Agente de Contratação no endereço constante do preâmbulo do Edital, pelo telefone (66) 3585-2700 ou pelo endereço eletrônico licitacao@feliznatal.mt.gov.br.

29.0 – DAS PARTES INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL

29.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo do Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente às licitantes:

- a). ANEXO I** – Modelo da Proposta de Preços;
- b). ANEXO II** – Termo de Referência;



FELIZ NATAL
PREFEITURA

- c). **ANEXO III** – ETP – Estudo Técnico Preliminar
- d). **ANEXO IV** – Termo de Credenciamento;
- e). **ANEXO V** – Modelo de Declaração – ME/EPP/MEI;
- f). **ANEXO VI** – Declaração de seu pleno conhecimento/Unificada (Pessoa Jurídica);
- g). **ANEXO VII** – Declaração de elaboração independente de proposta;
- h). **ANEXO VIII** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- i). **ANEXO IX** – Minuta do Contrato;
- j). **ANEXO X** – Termo de Adesão – BLL;
- k). **ANEXO XI** – Custo pela utilização do sistema.

Feliz Natal - MT, 01 de junho de 2024.

MARCOS PAGNO
EQUIPE DE APOIO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 332/2022



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Papel timbrado da empresa)

AO
ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO
E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024
MENOR PREÇO POR ITEM

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Licitante: _____
C.N.P.J.: _____
Tel. Celular: (____) _____ **E-mail:** _____
Endereço: _____
Conta Corrente: _____ **Agência:** _____ **Banco:** _____

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa ao **REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, ESCOLA RURAL MALVINA E. PESCHINELLI, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT**, independente de marca e categoria, para os itens que seguem:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOT
TOTAL DOS ITENS					R\$	

Declaro que nesta proposta estão inclusos, ficando sob minha responsabilidade, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos administrativos, serviços de entrega, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários, ao cumprimento integral do objeto desta aquisição, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

A entrega do objeto será realizada em obediência ao prazo, local e forma estabelecida no Edital.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



FELIZ NATAL

PREFEITURA

APÊNDICE II TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS

ÓRGÃO REQUERENTE:	DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO:
<ul style="list-style-type: none">Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;	<p>(X) Aquisição</p> <p>() Contratação de Serviços</p>

2.0 – MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	TIPO DE LICITAÇÃO:
<p>() Concorrência - Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>() Dispensa de Licitação - Art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>() Inexigibilidade de Licitação - Art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>(X) Pregão Eletrônico – SRP - Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>() Pregão Eletrônico – Tradicional - Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>() Pregão Presencial – SRP - Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>() Pregão Presencial – Tradicional - Lei Federal nº. 14.133/2021.</p>	<p>() Menor Preço Global</p> <p>(X) Menor Preço Por Item</p> <p>() Menor Preço Lote</p> <p>() Melhor Técnica</p> <p>() Técnica e Preço</p> <p>() Maior Desconto</p> <p>() Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico</p> <p>() Maior Retorno Econômico</p> <p>() Não se enquadra.</p>

3.0 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

(X) Lei Complementar Federal nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores;

(X) Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

(X) Decreto Municipal nº. 012/2022 – Regulamenta a Lei Federal nº. 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

(X) Decreto Municipal nº. 014/2022 – Regulamenta as hipóteses de Contratação Direta no Município de Feliz Natal;

(X) E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

4.0 – DO OBJETO

4.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento para a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, ESCOLA RURAL MALVINA E. PESPINELLI, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

**FELIZ NATAL**

PREFEITURA

5.0 – DA JUSTIFICATIVA

5.1. A presente aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para a alimentação escolar visa dar garantia de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável, efetivando as políticas públicas educacionais na melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricionais, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, oferecendo reforço alimentar e nutricional aos educando, garantindo-lhes alimentação saudável e em quantidade suficiente, conforme previsto na Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006, dos Ministérios da Educação e da Saúde e considerando as necessidades nutricionais dos alunos e à formação de hábitos alimentares saudáveis, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, através de cardápio diversificado e regionalizado, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias. Respeitando as especificidades, as características, as qualidades e as quantidades de cada item.

5.2. Bem como visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município de Feliz Natal (ensino fundamental, Pré-escola, Educação especial, Creches), garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

6.0 – DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR						
ITEM	COD TCE	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MÉDIA DE VALORES	
					VL UNIT	VL TOT
1	3686-2	600	UN	ABACAXI de primeira, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	18,9900	11.394,00
2	TCEMT 0000219	250	KG	ABÓBORA CABOTIÁ, fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e/ou por insetos ou doenças fitopatológicas. Não conterem terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Deverão estar isentos de sujidades, parasitas e larvas. Características microbiológicas: os legumes deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.	6,5340	1.633,50
3	TCEMT 0000112	200	UN	AÇAFRÃO, pó homogêneo constituído por estigmas florais de croccus sativos, são, limpos, pardo-avermelhado, cheiro e sabores próprios. Não deve apresentar sujidades, parasitas e larvas. Pacote de 20 gramas	4,0433	808,66



FELIZ NATAL

PREFEITURA

4	153346-0	400	UN	ACHOCOLATADO EM PÓ - enriquecido com vitamina, instantâneo, a base de açúcar, cacau em pó e maltodextrina, embalagem em lata ou pote plástico com 370 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Com registro no ministério da agricultura/ ministério da saúde.	13,0433	5.217,32
5	121195-1	1800	UN	AÇÚCAR CRISTALIZADO - na cor branca, sacarose de cana-de-açúcar, embalagem de 2 kg em polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/79.	7,5450	13.581,00
6	256063-1	30	UN	ADOÇANTE STÉVIA. Adoçante dietético líquido – 100% stévia. Ingredientes: água, edulcorantes naturais glicosídeos de steviol, conservantes: benzoato de sódio e sorbato de potássio acidulante: ácido cítrico. Sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfame-k. unidades de 80ml. Prazo de validade mínimo 1 ano a contar a partir da data de entrega unidade: frasco	11,5767	347,30
7	00055767	680	KG	ALHO A GRANEL - branco ou roxo, alho, bulbo, de ótima qualidade, fresco, sem lesões de origem livre de resíduos tamanho e cor uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico.	48,9900	33.313,20
8	150556-4	1000	KG	AMIDO DE MILHO - embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	9,4900	9.490,00
9	151885-2	3400	UN	ARROZ AGULHINHA - tipo 1, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem contendo 5 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	29,6300	100.742,00
10	5001-6	180	UN	AVEIA EM FLOCOS FINOS - resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, embalada em polietileno atóxico e reembalada em caixinhas de papelão, pacote 170 gramas. Com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	9,1533	1.647,59
11	00010584	250	KG	BANANA DA TERRA - oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo em preparações, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentado grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Às características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela legislação vigente. Poderá ser entregue em caixas com peso máximo de 20 kg cada caixa.	15,0950	3.773,75



FELIZ NATAL

PREFEITURA

12	3695-1	400	KG	BANANA MAÇÃ - climatizada, oriunda de plantas saudáveis, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho. Aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou insetos afetando a sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à casca, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Às características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela legislação vigente. Poderá ser entregue em caixas com peso máximo de 20 kg cada caixa.	17,9900	7.196,00
13	3697-8	8500	KG	BANANA NANICA - climatizada, oriunda de plantas saudáveis, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho. Aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou insetos afetando a sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à casca, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Às características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela legislação vigente. Poderá ser entregue em caixas com peso máximo de 20 kg cada caixa.	7,6320	64.872,00
14	3688-9	600	KG	BATATA DOCE ROXA - com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanhos típicos da variedade. Sem brotos, rachaduras, bolores, manchas ou cortes na casca ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade.	5,1167	3.070,02
15	34295	2500	KG	BATATA INGLESA LISA - com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanhos típicos da variedade. Sem brotos, rachaduras, bolores, manchas ou cortes na casca ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade.	14,0800	35.200,00
16	3691-9	150	KG	BERINJELA - tamanho regular de 1ª qualidade, sem cortes, produto fresco e com grau de maturação intermediária, deverá apresentar odor e consistência agradável.	8,9900	1.348,50
17	3736-2	1800	KG	BETERRABA - com polpa intacta e lisa, com coloração e tamanhos típicos da variedade, sem brotos, sem rachaduras, ou cortes na casca, não apresentando manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua qualidade e aparência.	8,7200	15.696,00
18	314675-8	540	UN	BISCOITO DOCE TIPO DE LEITE - embalagem dupla, pacotes de 345 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	6,7400	3.639,60
19	.0000939	2200	UN	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - Embalagem, em	7,2900	16.038,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				pacotes com dupla embalagem contendo 345 gramas. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, de caracteres organolépticos anormais. No rótulo deverá constar a denominação "biscoito", seguido de sua classificação e Rotulagem Nutricional Obrigatória. Composição: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal interesterificada, açúcar invertido, sal, fermentos químicos (bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio), estabilizante lecitina de soja e aroma artificial de baunilha. Isento de produtos de origem animal. Sem colesterol. Sem lactose. Contém glúten. Validade: No mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.		
20	248410-2	600	UN	BISCOITO DOCE tipo rosquinha de coco ou chocolate - pacote a partir de 600 gramas. com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	10,1450	6.087,00
21	25211	2000	UN	BISCOITO SALGADO TIPO CRACKER – Embalagem em pacotes com dupla embalagem contendo 345 gramas. Composição: amido de milho, farinha de milho, mix vegetais em proporções variadas, maltodextrina, xarope de arroz, amido de mandioca modificado, farinha de soja, sal, fermento, espessante, aromatizantes naturais.	6,8533	13.706,60
22	3725-7	550	KG	BRÓCOLIS, de primeira qualidade, colheita recente, fresco, em estágio de amadurecimento adequado para consumo. Coloração totalmente verde. Sem sujeiras, parasitas, larvas e defeitos que possam alterar Sua aparência. Isento de enfermidades e danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	29,9900	16.494,50
23	00028280	200	UN	CACAU EM PÓ NATURAL, 50%/100% cacau, não alcalino, embalagem 200 gramas, sem aditivos químicos, sem adição de açúcar, livre de aromas artificiais, sem açúcar, livre de gordura trans. Sem lactose.	27,9950	5.599,00
24	328859-5	520	UN	CAFÉ EM PÓ - torrado e moído, acondicionado em embalagem de 500 gramas, sem sinais de rompimento ou violação, aberturas ou furos, com certificado de pureza ABIC. Ausência de sujidades, parasitos e larvas.	16,2520	8.451,04
25	3997-7	350	UN	CAMOMILA - embalagem de embalagem de 20 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	4,7067	1.647,35
26	164311-8	40	UN	CANELA EM PAU - embalagem de 10 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	4,8450	193,80
27	148895-3	100	UN	CANELA EM PÓ - embalagem de 10 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	3,9800	398,00
28	163652-9	2500	KG	CARNE BOVINA - TIPO COXÃO MOLE, resfriada, e no máximo 10% de sebo e gordura, em filme PVC	41,9900	104.975,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.		
29	305791-7	950	KG	CARNE BOVINA - TIPO CHARQUE, curada, salgada, dessecada, menor grau de gordura, Embalagem de 500 gramas, em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.	33,9450	32.247,75
30	3821-0	1600	KG	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, resfriado, e no máximo 10% de sebo e gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada em saco plástico transparente, atóxico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.	38,9900	62.384,00
31	21333-0	5300	KG	CARNE BOVINA MOÍDA - TIPO ACÉM, proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.	27,6733	146.668,49
32	3815-6	3500	KG	CARNE BOVINA, TIPO ISCAS - ACÉM. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.	29,9900	104.965,00
33	3832-6	3200	KG	CARNE BOVINA, TIPO PALETA 7 - de segunda fresca, cortado em cubos, sem osso. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.	34,7450	111.184,00
34	94536-6	5500	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO CORTADO EM PEDAÇOS - congelado. Embalagem em filme PVC	14,9900	82.445,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde.		
35	3863-6	5000	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA E SOBRE COXA - congelada. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde/ e ou agricultura. Produto com selo de inspeção.	17,9500	89.750,00
36	388593-3	2500	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO PEITO - congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	17,2900	43.225,00
37	.0000538	3200	KG	CARNE SUÍNA PALETA - magra e sem gordura aparente, sem osso, sadio, congelado, apresentando cor e odor característico. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde.	35,9900	115.168,00
38	111863-3	2300	KG	CARNE SUÍNA, TIPO PERNIL, em iscas, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico com cor, cheiro e sabor próprio, embalagem em plástico transparente. Produto com selo de inspeção, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ou da agricultura. Produto com selo de inspeção.	33,9900	78.177,00
39	415264-6	1400	KG	CEBOLA - classificação média, não brotada, tenra e com brilho, turgescendo, sem defeito, suficientemente desenvolvida, com aspecto e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca e parasitas. Características microbiológicas: deverão obedecer à legislação vigente.	11,5450	16.163,00
40	3700-1	1250	KG	CENOURA - raiz de elevada qualidade e sem defeitos, sem folhas, primeira, suficientemente desenvolvidas, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, e uniformidade no tamanho e na cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações e cortes. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos, serem de colheita recente,	10,5350	13.168,75



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				não estarem. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos afetando sua aparência e qualidade. Devem estar livres de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Deverão estar isentos de parasitas e larvas. Características microbiológicas: deverão obedecer à legislação vigente.		
41	3997-7	300	PCT	CHA DE CAMOMILA - embalagem com 10 sachês de 10 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	4,9900	1.497,00
42	3996-9	400	UN	CHA DE ERVA DOCE - embalagem com 10 sachês de 10 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	4,9900	1.996,00
43	157658-5	1200	CX	CHA MATE - embalagem com 250 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	12,9950	15.594,00
44	00063177	750	KG	CHUCHU - legumes de elevada qualidade, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade. Legume próprio para o consumo, procedentes de vegetais genuínos não danificados por qualquer lesão de origem mecânica ou provocados por insetos deve estar livre de sujidades e terra. Características microbiológicas: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.	7,8850	5.913,75
45	26372-9	120	UN	COCO RALADO - seco sem açúcar. Deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos sãos e maduros não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca. Parcialmente desengordurado com teor mínimo de lipídio de 3 gramas em 100 gramas.	8,7400	1.048,80
46	.0000514	850	UN	CORANTE ALIMENTICIO - a base de urucum, embalagem com 500 gramas, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	11,6900	9.936,50
47	4225-0	80	UN	CRAVO - pacote de 10 gramas, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	6,9900	559,20
48	00069879	120	UN	CREME DE LEITE UHT – homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetra pak de 200 gramas. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	4,9267	591,20
49	00067619	200	UN	DOCE DE FRUTAS, sabor variado, pote de 900 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	21,9900	4.398,00
50	151737-6	300	UN	ERVA DOCE - com identificação do produto,	5,9900	1.797,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				embalagem de 40 gramas, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.		
51	114415-4	30	UN	ESSÊNCIA DE BAUNILHA - água destilada, álcool etílico, caramelo e aromatizante, embalagem de 30 ml.	4,9900	149,70
52	3562-9	1800	UN	EXTRATO DE TOMATE - concentrado, embalagem tetra pack com no mínimo 1,020 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	16,6600	29.988,00
53	3983-7	1600	UN	FARINHA DE MANDIOCA CRUA TIPO I - grupo seca, subgrupo fina, classe branca, obtido das raízes de mandioca sadias, devidamente, acondicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, não podendo apresentar-se úmida, fermentada ou rançosa. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	8,4900	13.584,00
54	00017101	3000	UN	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	7,8875	23.662,50
55	153852-7	2800	UN	FEIJÃO CARIOCA - classe cores, tipo 1, embalagem de 1 kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 1kg, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	7,5825	21.231,00
56	12035-9	650	KG	FEIJAO PRETO - novo, classe 1, livre impurezas, parasitas e larvas. Embalado em pacote plástico atóxico, transporte, termossoldado, resistente, pacote de 1 kg. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a portaria 161 de 24/07/87 – mas. Deve estar de acordo com a legislação vigente, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	10,1375	6.589,38
57	132404-7	340	UN	FERMENTO BIOLÓGICO SECO - composto de saccharomyces cerevisiae e agente de reidratação, utilizado para elaboração de produtos de panificação e massas. Embalagem com no mínimo 125 gramas, com dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	14,7450	5.013,30
58	00036814	250	UN	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - 250 gramas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	13,4967	3.374,18
59	3992-6	1200	UN	FUBA DE MILHO - embalagem com no mínimo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	5,6500	6.780,00
60	15885-2	400	UN	IOGURTE BANDEJA - com 6 unidades, sabores variados, contendo a partir de 540 gramas com	5,9900	2.396,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.		
61	15885-2	2200	UN	IOGURTE TIPO BEBIDA LACTEA - de 850 GRAMAS, Ingredientes: leite, soro de leite, fermento lácteo, açúcar, poupa de frutas, embalagem: garrafa plástica de um litro ou sacola de um litro. Validade mínima de 4 meses de refrigeração.	5,9900	13.178,00
62	154036-0	6000	KG	LARANJA TIPO COMUM - procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo.	12,9900	77.940,00
63	280910-9	150	UN	LEITE EM PÓ ENRIQUECIDO COM FERRO - lata de 400 gramas: Fórmula Láctea Infantil para atender crianças a partir dos 6 meses de vida. A embalagem deve conter informações quanto á: quantidade do produto; data de fabricação; prazo de validade; Registro no Órgão competente (SIF); composição nutricional; modo de preparo. Características físicas e de embalagem inalteradas. Atendendo as recomendações Codex Alimentarius FAO/OM.	41,9900	6.298,50
64	280910-9	900	UN	LEITE EM PÓ INTEGRAL - instantâneo, sem açúcar, embalagem de 400 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	19,4800	17.532,00
65	122516-2	6000	UN	LEITE INTEGRAL - embalagem tetra PACK de 1 litro, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	7,6600	45.960,00
66	00027019	872	UN	LEITE UHT, SEM LACTOSE - Leite UHT, ou longa vida, de 1 litro, para dietas com restrição de lactose. Submetido a altas temperaturas durante o processo de fabricação, porem com a preservação de seus nutrientes. Ausência total de bactérias e antibióticos e não deve apresentar adição de agua. O leite deve atender as características sensoriais exigidas pelo regulamento técnico de identidade e qualidade de produtos lácteos do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento: Aspecto liquido, cor branca, odor e sabor característicos, sem sabores, nem odores estranhos. Alimento rico em proteína isolada de soja, para dietas com restrição a lactose. Rico em ferro cobre zinco, fosforo, vit. a, b12 e d. registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	9,0975	7.933,02
67	29663	250	KG	LIMÃO - procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo.	6,5400	1.635,00
68	159680-2	750	KG	LINGUICA DEFUMADA, TIPO CALABRESA -	25,6967	19.272,50



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				preparada com carne não mista, toucinho e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, mantida em temperatura e refrigeração adequada, acondicionada em saco de polietileno.		
69	6446-7	80	UN	LOURO - em folhas, desidratadas, constituído de folhas isentas de materiais terrosos, parasitas, cor parda escura, cheiro fortemente característico. Embalagem atóxica, contendo nome e dados do fornecedor, de 5 gramas. Boa qualidade.	4,9900	399,20
70	3744-3	6250	KG	MAÇÃ NACIONAL - tipo comum, com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para uso mediato ou imediato, tamanho médio, apresentando cor e tamanho conforme a variedade.	16,8950	105.593,75
71	00026238	1500	UN	MACARRÃO ESPAGUETE - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	5,9867	8.980,00
72	.0001701	120	PCT	MACARRÃO ISENTO DE GLÚTEN - de fécula de batata, de arroz ou outros, embalado em saco resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega e com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	10,4900	1.258,80
73	37879	500	UN	MACARRÃO TIPO ARGOLINHAS - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	5,9900	2.995,00
74	00035996	1000	UN	Macarrão tipo padre nosso, a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	6,1900	6.190,00
75	00026237	2200	UN	MACARRÃO TIPO PARAFUSO - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	5,2950	11.649,00
76	157962-2	1200	KG	MAMÃO FORMOSA - com grau de maturação que lhe permita manuseio, transporte e manipulação. Não apresentando manchas, rachaduras, bolores ou outros defeitos em que possam alterar sua qualidade ou aparência.	9,2467	11.096,04
77	3566-1	500	UN	MARGARINA VEGETAL COM SAL - embalagem com 1 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	17,3800	8.690,00
78	.0001701	5200	KG	MELANCIA - tipo comum, com grau de maturação que lhes permita manuseio, transporte e manipulação. Não apresentando manchas,	5,8100	30.212,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				rachaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou alterar sua qualidade ou aparência.		
79	3721-4	2200	KG	MELÃO AMARELO - a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor vibrante, doce, suculento, de 1ª qualidade.	15,4900	34.078,00
80	6325-8	100	UND	MELHORADOR PREPARADOR EM PÓ - para produto de panificação, de primeira qualidade, embalagem de 1 Kg, acondicionado em embalagem plástica adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confirmam ao produto a proteção necessária, além de dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	19,9900	1.999,00
81	3984-5	250	UN	MILHO PARA CANJICA - embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	5,4120	1.353,00
82	154963-4	250	UN	MILHO PARA PIPOCA - embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	4,7167	1.179,18
83	127748-0	400	UN	MILHO VERDE EM CONSERVA - lata de milho em conserva sem adição de corantes e com adição de conservantes permitidos pela legislação vigente. Embalagem de 170 gramas.	4,5300	1.812,00
84	142114-0	2500	UN	OLEO COMESTIVEL - vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, embalagem contendo 900 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	7,4743	18.685,75
85	6444-0	250	UN	ORÉGANO - contendo 100 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	14,9900	3.747,50
86	331318-2	1000	DZ	OVOS IN NATURA – tipo grande, embalagem de uma dúzia, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	20,9450	20.945,00
87	154042-4	80	KG	PIMENTAO VERDE - extra de ótima qualidade, grande, sem lesões de origem, acondicionado em saco, pesando aproximadamente unidade.	13,5633	1.085,06
88	159452-4	80	KG	PIMENTAO VERMELHO OU AMARELO - fresco, firme, com coloração e tamanhos típicos da variedade, sem sujidades ou outro feito que possa alterar sua aparência ou qualidade.	19,9900	1.599,20
89	421814-0	2400	KG	POLPA DE FRUTAS - Sabores ABACAXI, produto não fermentado, não alcoólico, não contém glúten e sem conservantes químicos ou aditivos de qualquer natureza. O produto deverá ser congelado e transportado sob refrigeração, a embalagem de 100 gramas, rotulada conforme legislação vigente contendo o número de registro no órgão competente.	4,9900	11.976,00
90	406725-8	2400	UN	POLPA DE FRUTAS - Sabores ACEROLA, produto não fermentado, não alcoólico, não contém glúten e sem conservantes químicos ou aditivos de qualquer natureza. O produto deverá ser congelado e transportado sob refrigeração, a embalagem de 100	6,9900	16.776,00



FELIZ NATAL

PREFEITURA

				gramas, rotulada conforme legislação vigente contendo o número de registro no órgão competente.		
91	406734-7	4400	UN	POLPA DE FRUTAS - Sabores MARACUJÁ, produto não fermentado, não alcoólico, não contém glúten e sem conservantes químicos ou aditivos de qualquer natureza. O produto deverá ser congelado e transportado sob refrigeração, a embalagem de 100 gramas, rotulada conforme legislação vigente contendo o número de registro no órgão competente.	6,7800	29.832,00
92	61932-9	150	UN	POLVILHO AZEDO - pacote de 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	11,6000	1.740,00
93	61931-0	450	UN	POLVILHO DOCE - pacote de 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquida, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	12,0550	5.424,75
94	3711-7	4200	KG	PONKAN - de primeira livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e maduras, com polpa firme e intacta.	7,9900	33.558,00
95	125855-9	400	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA - TIPO FATIADO, embalagem em polietileno, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde/ e ou agricultura. Produto com selo do INMETRO.	60,4950	24.198,00
96	150208-5	1200	KG	REPOLHO BRANCO - não serão aceitos produtos estragados, murchos ou que não se enquadram no processo seletivo de padrão de qualidade. As embalagens deverão ser de sacos plásticos transparente, atóxico, limpo e apresentar o peso, conforme solicitado em planilha própria pela nutricionista.	6,9060	8.287,20
97	3949-7	400	UN	SAGU - acondicionado em embalagens de polietileno transparente resistente, atóxico e hermeticamente vedado com 500 gramas. Fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpas. Isento de impurezas, sujidades, parasitas e larvas. Data de fabricação de no máximo 30 dias antes da entrega. Validade 12 meses a partir da data de entrega do produto.	10,9450	4.378,00
98	3561-0	900	UN	SAL REFINADO IODADO - embalagem com 1 kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério de saúde, OBS: não podendo ser produto da forma moída.	3,0750	2.767,50
99	159553-9	420	KG	SALSICHA À GRANEL - TIPO RESFRIADO, embalagem em polietileno, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde/ e ou agricultura.	15,2300	6.396,60
100	3713-3	850	KG	TOMATE - fruto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura" ou como ingrediente na culinária, devendo estar fresco, ter atingido o grau de máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios de cada variedade, apresentando	14,1450	12.023,25



				grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos, afetando sua aparência e qualidade, odor e sabor estranho. Isentos de parasitas e larvas. Tamanho médio e uniforme. As embalagens deverão ser de sacos plásticos transparente, atóxico, limpo e apresentar o peso, conforme solicitado em planilha própria pela nutricionista. Características microbiológicas: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.		
101	346987-5	250	KG	VAGEM - tamanho regular de 1º qualidade, apresentando tamanho, cor e formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	33,9900	8.497,50
102	134845-0	600	UN	VINAGRE DE ÁLCOOL - embalagem contendo 750 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	3,0367	1.822,02
VALOR TOTAL					R\$ 2.169.179,63	

7.0 – VALOR ESTIMADO DE AQUISIÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. DO VALOR MÍNIMO E DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR OFERTADO NA LICITAÇÃO:

7.1.1. O valor máximo da proposta a ser ofertado na licitação, conforme definição do Município de Feliz Natal - MT será de **R\$ 2.169.179,63 (dois milhões e cento e sessenta e nove mil e cento e setenta e nove reais e sessenta e três centavos)**, conforme valores unitários e global indicado no item 6, deste Termo.

7.1.2. Valores acima do definido pela Administração, serão desclassificados.

7.1.3. O pagamento do valor homologado na licitação, deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data entrega dos produtos.

7.1.4. A **Secretaria Municipal requisitante** informa que as despesas com a aquisição correrão conforme abaixo informado:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

20049.3390300000.15000000000
20049.3390300000.15520000000
20050.3390300000.15000000000
20050.3390300000.15520000000
20051.3390300000.15000000000
20051.3390300000.15520000000
20052.3390300000.15000000000
20052.3390300000.15520000000
20053.3390300000.15000000000
20053.3390300000.15520000000



8.0 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação:

- Cópia do cartão CNPJ;
- Cópia do contrato social da empresa;
- Cópia dos documentos pessoais dos Representantes legais da Empresa;
- Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND);
- Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- Certidão Negativa de FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Falência;
- Demais qualificação técnica exigida em edital.

9.0 – VIGÊNCIA CONTRATUAL E FORMA DE EXECUÇÃO

9.1. O prazo de vigência do contrato, objeto da presente licitação, será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

9.2. A entrega deverá ser feita no local indicado pela secretaria solicitante.

9.2.1. A contratada deverá entregar os itens ora licitados na sede da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, ou local designado pela secretaria solicitante, conforme a demanda, em até 12 (doze) horas, contados da data da requisição constante na Ordem de Fornecimento.

9.3. A licitante vencedora deverá entregar os produtos no local indicado na Ordem de Fornecimento, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação de requisição de fornecimento, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

9.4. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades e serão solicitados por meio da emissão de Requisição, onde serão especificados todos os produtos os quantitativos a serem entregues com as especificações necessárias com vistas à satisfação do interesse público.

9.4.1. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de Feliz Natal - MT.

10.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar o fornecimento dos produtos mediante apresentação de requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura, devidamente assinada por servidor responsável, contendo a descrição, quantidade e valor do produto solicitado;

10.2. Fiscalizar livremente a execução, não eximindo a licitada vencedora de total



responsabilidade quanto à execução do contrato ou da ARP;

10.3. Receber o produto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.4. Efetuar os pagamentos devidos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Departamento de Compras da Prefeitura;

10.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para tanto;

10.7. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitada vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas no edital;

10.8. Designar servidor para acompanhar a execução e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega, inclusive rejeitando no todo ou em parte os produtos entregues fora das especificações deste edital.

10.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.10. A contratante aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012 com alterações pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 2145/2023 para fins de retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados a Contratada, conforme regulamentação prevista pelo Decreto Municipal nº. 044/2023.

10.11. As alíquotas a serem aplicadas na retenção serão as descritas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal nº. 1234/2012, definidas conforme o bem fornecido ou serviço prestado constante do objeto da presente aquisição.

11.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Empresa contratada deverá manter contato com a Administração Municipal sobre quaisquer assuntos relativos à entrega do objeto deste edital, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados em caso de urgência.

11.2. A Detentora deverá executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2.1. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

11.2.2 Não será aceito em nenhuma hipótese, no momento da entrega, quantidade inferior ou diversa da definida em requisição, evitando assim, embaraço quanto ao controle do recebimento do produto.

11.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

11.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço



registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso no fornecimento e não eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

11.5. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e descarregamento dos produtos, observando todas as operações de transporte, e ainda, atendendo todas as solicitações das autoridades de trânsito, de segurança ambiental, patrimonial e outros cuidados.

11.6. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.

11.7. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

11.8. Acatar as decisões e observações feitas pelo Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

11.9. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação, durante toda a vigência da ARP/Contrato.

11.10. A empresa fornecedora responderá por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Prefeitura de Feliz Natal - MT ou a terceiros, que tenham sido causados por seus profissionais durante o transporte e entrega do produto.

11.11. A entrega dos produtos será realizada diariamente, conforme as necessidades e demanda da Contratante, com atendimento de funcionário capacitado ou manter sistema de transporte que permita a entrega imediata dos produtos, após o recebimento da solicitação.

11.11.1. O prazo para a entrega dos produtos solicitados será de até **12 (doze) horas** após o recebimento da requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

11.12. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de Feliz Natal - MT.

12.0 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante empenho, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Secretaria solicitante, através de depósito bancário, em nome da Contratada.

12.1.1. O pagamento somente será realizado após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por pelo Departamento de Compras da Prefeitura.

12.1.2. O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura e a respectiva entrega dos produtos.

12.2. O pagamento somente será efetuado mediante:

12.2.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)** está prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº. 443, de 17 de outubro de 2014;

12.2.2. Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;**



12.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

12.4. A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

12.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

12.6. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos produtos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

12.7. Nenhum pagamento isentará o fornecedor/contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

12.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

12.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada, ou inadimplência contratual.

13.0 – DAS PENALIDADES

13.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documento exigido ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo legal, sem prejuízo da aplicação da multa.

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou assinar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.3. Pela inexecução total ou parcial da entrega dos produtos objeto do Contrato, a Administração Poderá aplicar penalidades à contratada, garantida a prévia defesa.

13.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.0 – DAS SANCOES/PENALIDADES

14.1. Conforme disposto no Edital de Licitação, Minuta de Contrato, Termo de Referência e demais anexos.



FELIZ NATAL
PREFEITURA

15.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.



APÊNDICE III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.0 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

O Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos da lei Federal nº. 14.133/2021, trata-se de documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, servindo para caracterizar o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Além disso, ele serve como base ao anteprojeto da licitação, seja do termo de referência ou do projeto básico, os quais apenas serão elaborados em caso de viabilidade da aquisição.

Neste sentido, o ETP busca identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda derivada do ente público, bem como visa demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição.

2.0 – DA SECRETARIA REQUISITANTE

- Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

3.0 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento de Gêneros Alimentícios para elaboração da merenda escolar dos 1720 (um mil, setecentos e vinte) alunos da rede municipal de ensino do município de Feliz Natal - MT, uma vez que é necessário processo licitatório para a celebração de novos contratos. A alimentação escolar é um direito de todos os alunos matriculados, nos 205 dias letivos, e deve atender a todas as legislações pertinentes ao PNAE, assim, a presente aquisição se faz necessária para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo esse um dos programas complementares para o desenvolvimento do sistema de ensino aprendizagem na educação básica. A Constituição Federal de 1988 no seu art. 208, trata a alimentação escolar como dever do estado em complementação com o poder público local, essa colocação é também assinalada no art. 1 da Resolução de nº 26/2013 do FNDE que diz: "A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução."; frisamos aqui que fica ao encargo dos Estados e Municípios, a função principal de oferecer aos seus alunos do ensino básico, a merenda escolar. A aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do Município de Feliz Natal - MT, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde daqueles que necessitem de atenção específica, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

4.0 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O licitante deve proporcionar entrega de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento e também



estabelecidas no Termo de Referência.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos.

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

A contratada deverá fornecer gêneros produzidos de acordo com as normas vigentes, especialmente as sanitárias, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado. Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da contratante à contratada e seu devido retorno a contratante.

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos gêneros fornecidos.

A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos gêneros, sem qualquer ônus para a municipalidade. O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas. Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, bem como as leis e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades. A aquisição deve considerar as consequências ambientais, sociais e econômicas de: projeto; uso de materiais não renováveis; fabricação e métodos de produção, logística, prestação de serviços; uso, operação, manutenção, reutilização; opções de reciclagem; disposição, e as capacidades dos fornecedores para resolver essas consequências em toda a cadeia de abastecimento. A licitante deverá apresentar, como documento necessário à habilitação: - Documento, emitido por órgão oficial competente, comprovando que a licitante proponente está regular e apta para o funcionamento perante os Serviços de Vigilância Sanitária

5.0 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

As especificações e quantidades abaixo discriminados. Para levantamento do quantitativo estimado para contratação, usou-se por base a Planilha de Levantamento de produtos realizada pelo Departamento de Educação do município de Feliz Natal - MT, de acordo com o cronograma de quantidades semanal, quinzenal e mensal para o ano 2024/2025. Os produtos solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR			
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
1	600	UN	ABACAXI de primeira, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.
2	250	KG	ABÓBORA CABOTIÃ, fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e/ou por insetos



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			ou doenças fitopatológicas. Não conterem terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Deverão estar isentos de sujidades, parasitas e larvas. Características microbiológicas: os legumes deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.
3	200	UN	AÇAFRÃO, pó homogêneo constituído por estigmas florais de croccus sativos, são, limpos, pardo-avermelhado, cheiro e sabores próprios. Não deve apresentar sujidades, parasitas e larvas. Pacote de 20 gramas
4	400	UN	ACHOCOLATADO EM PÓ - enriquecido com vitamina, instantâneo, a base de açúcar, cacau em pó e maltodextrina, embalagem em lata ou pote plástico com 370 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Com registro no ministério da agricultura/ ministério da saúde.
5	1800	UN	AÇÚCAR CRISTALIZADO - na cor branca, sacarose de cana-de-açúcar, embalagem de 2 kg em polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/79.
6	30	UN	ADOÇANTE STÉVIA. Adoçante dietético líquido – 100% stévia. Ingredientes: água, edulcorantes naturais glicosídeos de steviol, conservantes: benzo ato de sódio e sorbato de potássio acidulante: ácido cítrico. Sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfame-k. unidades de 80ml. Prazo de validade mínimo 1 ano a contar a partir da data de entrega unidade: frasco
7	680	KG	ALHO A GRANEL - branco ou roxo, alho, bulbo, de ótima qualidade, fresco, sem lesões de origem livre de resíduos tamanho e cor uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico.
8	1000	KG	AMIDO DE MILHO - embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
9	3400	UN	ARROZ AGULHINHA - tipo 1, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem contendo 5 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
10	180	UN	AVEIA EM FLOCOS FINOS - resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, embalada em polietileno atóxico e reembalada em caixinhas de papelão, pacote 170 gramas. Com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
11	250	KG	BANANA DA TERRA - oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo em preparações, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Às características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela legislação vigente. Poderá ser entregue em caixas com peso máximo de 20 kg cada caixa.
12	400	KG	BANANA MAÇÃ - climatizada, oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho. Aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou insetos afetando a sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à casca, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Às características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela legislação vigente. Poderá ser entregue em caixas com peso máximo de 20 kg cada caixa.
13	8500	KG	BANANA NANICA - climatizada, oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho. Aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou insetos afetando a sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à casca, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Às



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela legislação vigente. Poderá ser entregue em caixas com peso máximo de 20 kg cada caixa.
14	600	KG	BATATA DOCE ROXA - com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanhos típicos da variedade. Sem brotos, rachaduras, bolores, manchas ou cortes na casca ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade.
15	2500	KG	BATATA INGLESA LISA - com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanhos típicos da variedade. Sem brotos, rachaduras, bolores, manchas ou cortes na casca ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade.
16	150	KG	BERINJELA - tamanho regular de 1ª qualidade, sem cortes, produto fresco e com grau de maturação intermediária, deverá apresentar odor e consistência agradável.
17	1800	KG	BETERRABA - com polpa intacta e lisa, com coloração e tamanhos típicos da variedade, sem brotos, sem rachaduras, ou cortes na casca, não apresentando manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua qualidade e aparência.
18	540	UN	BISCOITO DOCE TIPO DE LEITE - embalagem dupla, pacotes de 345 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
19	2200	UN	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - Embalagem, em pacotes com dupla embalagem contendo 345 gramas. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, de caracteres organolépticos anormais. No rótulo deverá constar a denominação "biscoito", seguido de sua classificação e Rotulagem Nutricional Obrigatória. Composição: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal interesterificada, açúcar invertido, sal, fermentos químicos (bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio), estabilizante lecitina de soja e aroma artificial de baunilha. Isento de produtos de origem animal. Sem colesterol. Sem lactose. Contém glúten. Validade: No mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.
20	600	UN	BISCOITO DOCE tipo rosquinha de coco ou chocolate - pacote a partir de 600 gramas. com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
21	2000	UN	BISCOITO SALGADO TIPO CRACKER – Embalagem em pacotes com dupla embalagem contendo 345 gramas. Composição: amido de milho, farinha de milho, mix vegetais em proporções variadas, maltodextrina, xarope de arroz, amido de mandioca modificado, farinha de soja, sal, fermento, espessante, aromatizantes naturais.
22	550	KG	BRÓCOLIS, de primeira qualidade, colheita recente, fresco, em estágio de amadurecimento adequado para consumo. Coloração totalmente verde. Sem sujeiras, parasitas, larvas e defeitos que possam alterar Sua aparência. Isento de enfermidades e danos físicos oriundos do manuseio e transporte.
23	200	UN	CACAU EM PÓ NATURAL, 50%/100% cacau, não alcalino, embalagem 200 gramas, sem aditivos químicos, sem adição de açúcar, livre de aromas artificiais, sem açúcar, livre de gordura trans. Sem lactose.
24	520	UN	CAFÉ EM PÓ - torrado e moído, acondicionado em embalagem de 500 gramas, sem sinais de rompimento ou violação, aberturas ou furos, com certificado de pureza ABIC. Ausência de sujidades, parasitos e larvas.
25	350	UN	CAMOMILA - embalagem de embalagem de 20 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
26	40	UN	CANELA EM PAU - embalagem de 10 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
27	100	UN	CANELA EM PÓ - embalagem de 10 gramas. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
28	2500	KG	CARNE BOVINA - TIPO COXÃO MOLE, resfriada, e no máximo 10% de sebo e gordura, em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
29	950	KG	CARNE BOVINA - TIPO CHARQUE, curada, salgada, dessecada, menor grau de gordura, Embalagem de 500 gramas, em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade,



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
30	1600	KG	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, resfriado, e no máximo 10% de sebo e gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada em saco plástico transparente, atóxico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
31	5300	KG	CARNE BOVINA MOÍDA - TIPO ACÊM, proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
32	3500	KG	CARNE BOVINA, TIPO ISCAS - ACÊM. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
33	3200	KG	CARNE BOVINA, TIPO PALETA 7 - de segunda fresca, cortado em cubos, sem osso. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
34	5500	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO CORTADO EM PEDAÇOS - congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde.
35	5000	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA E SOBRE COXA - congelada. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde/ e ou agricultura. Produto com selo de inspeção.
36	2500	KG	CARNE DE FRANGO - TIPO PEITO - congelado Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
37	3200	KG	CARNE SUÍNA PALETA - magra e sem gordura aparente, sem osso, sadio, congelado, apresentando cor e odor característico. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde.
38	2300	KG	CARNE SUÍNA, TIPO PERNIL, em iscas, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico com cor, cheiro e sabor próprio, embalagem em plástico transparente. Produto com selo de inspeção, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde e/ou da agricultura. Produto com selo de inspeção.
39	1400	KG	CEBOLA - classificação média, não brotada, tenra e com brilho, turgescer, sem defeito, suficientemente desenvolvida, com aspecto e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca e parasitas. Características microbiológicas: deverão obedecer à legislação vigente.
40	1250	KG	CENOURA - raiz de elevada qualidade e sem defeitos, sem folhas, primeira, suficientemente desenvolvidas, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, e



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			uniformidade no tamanho e na cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações e cortes. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são, serem de colheita recente, não estarem. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos afetando sua aparência e qualidade. Devem estar livres de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Deverão estar isentos de parasitas e larvas. Características microbiológicas: deverão obedecer à legislação vigente.
41	300	PCT	CHA DE CAMOMILA - embalagem com 10 sachês de 10 gramas. com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
42	400	UN	CHA DE ERVA DOCE - embalagem com 10 sachês de 10 gramas. com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
43	1200	CX	CHA MATE - embalagem com 250 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
44	750	KG	CHUCHU - legumes de elevada qualidade, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade. Legume próprio para o consumo, procedentes de vegetais genuínos não danificados por qualquer lesão de origem mecânica ou provocados por insetos deve estar livre de sujidades e terra. Características microbiológicas: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.
45	120	UN	COCO RALADO - seco sem açúcar. Deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos são e maduros não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca. Parcialmente desengordurado com teor mínimo de lipídio de 3 gramas em 100 gramas.
46	850	UN	CORANTE ALIMENTICIO - a base de urucum, embalagem com 500 gramas, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
47	80	UN	CRAVO - pacote de 10 gramas, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
48	120	UN	CREME DE LEITE UHT – homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetra pak de 200 gramas. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.
49	200	UN	DOCE DE FRUTAS, sabor variado, pote de 900 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
50	300	UN	ERVA DOCE - com identificação do produto, embalagem de 40 gramas, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
51	30	UN	ESSÊNCIA DE BAUNILHA - água destilada, álcool etílico, caramelo e aromatizante, embalagem de 30 ml.
52	1800	UN	EXTRATO DE TOMATE - concentrado, embalagem tetra pack com no mínimo 1,020 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
53	1600	UN	FARINHA DE MANDIOCA CRUA TIPO I - grupo seca, subgrupo fina, classe branca, obtido das raízes de mandioca sadias, devidamente, acondicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, não podendo apresentar-se úmida, fermentada ou rançosa. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
54	3000	UN	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
55	2800	UN	FEIJÃO CARIOCA - classe cores, tipo 1, embalagem de 1 kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 1kg, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
56	650	KG	FEIJAO PRETO - novo, classe 1, livre impurezas, parasitas e larvas. Embalado em pacote



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			plástico atóxico, transporte, termossoldado, resistente, pacote de 1 kg. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a portaria 161 de 24/07/87 – mas. Deve estar de acordo com a legislação vigente, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
57	340	UN	FERMENTO BIOLÓGICO SECO - composto de saccharomyces cerevisiae e agente de reidratação, utilizado para elaboração de produtos de panificação e massas. Embalagem com no mínimo 125 gramas, com dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.
58	250	UN	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - 250 gramas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
59	1200	UN	FUBA DE MILHO - embalagem com no mínimo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
60	400	UN	IOGURTE BANDEJA - com 6 unidades, sabores variados, contendo a partir de 540 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
61	2200	UN	IOGURTE TIPO BEBIDA LACTEA - de 850 GRAMAS, Ingredientes: leite, soro de leite, fermento lácteo, açúcar, poupa de frutas, embalagem: garrafa plástica de um litro ou sacola de um litro. Validade mínima de 4 meses de refrigeração.
62	6000	KG	LARANJA TIPO COMUM - procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo.
63	150	UN	LEITE EM PÓ ENRIQUECIDO COM FERRO - lata de 400 gramas: Fórmula Láctea Infantil para atender crianças a partir dos 6 meses de vida. A embalagem deve conter informações quanto à: quantidade do produto; data de fabricação; prazo de validade; Registro no Órgão competente (SIF); composição nutricional; modo de preparo. Características físicas e de embalagem inalteradas. Atendendo as recomendações Codex Alimentarius FAO/OM.
64	900	UN	LEITE EM PÓ INTEGRAL - instantâneo, sem açúcar, embalagem de 400 gramas, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
65	6000	UN	LEITE INTEGRAL - embalagem tetra PACK de 1 litro, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
66	872	UN	LEITE UHT, SEM LACTOSE - Leite UHT, ou longa vida, de 1 litro, para dietas com restrição de lactose. Submetido a altas temperaturas durante o processo de fabricação, porém com a preservação de seus nutrientes. Ausência total de bactérias e antibióticos e não deve apresentar adição de água. O leite deve atender as características sensoriais exigidas pelo regulamento técnico de identidade e qualidade de produtos lácteos do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento: Aspecto líquido, cor branca, odor e sabor característicos, sem sabores, nem odores estranhos. Alimento rico em proteína isolada de soja, para dietas com restrição a lactose. Rico em ferro cobre zinco, fósforo, vit. a, b12 e d. registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
67	250	KG	LIMÃO - procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo.
68	750	KG	LINGUIÇA DEFUMADA, TIPO CALABRESA - preparada com carne não mista, toucinho e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, mantida em temperatura e refrigeração adequada, acondicionada em saco de polietileno.
69	80	UN	LOURO - em folhas, desidratadas, constituído de folhas isentas de materiais terrosos, parasitas, cor parda escura, cheiro fortemente característico. Embalagem atóxica, contendo nome e dados do fornecedor, de 5 gramas. Boa qualidade.
70	6250	KG	MAÇÃ NACIONAL - tipo comum, com grau de maturação tal que lhes permita suportar



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			transporte, manipulação e conservação adequada para uso mediato ou imediato, tamanho médio, apresentando cor e tamanho conforme a variedade.
71	1500	UN	MACARRÃO ESPAGUETE - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
72	120	PCT	MACARRÃO ISENTO DE GLÚTEN - de fécula de batata, de arroz ou outros, embalado em saco resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega e com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
73	500	UN	MACARRÃO TIPO ARGOLINHAS - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
74	1000	UN	Macarrão tipo padre nosso, a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
75	2200	UN	MACARRÃO TIPO PARAFUSO - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 500 gramas, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
76	1200	KG	MAMÃO FORMOSA - com grau de maturação que lhe permita manuseio, transporte e manipulação. Não apresentando manchas, rachaduras, bolores ou outros defeitos em que possam alterar sua qualidade ou aparência.
77	500	UN	MARGARINA VEGETAL COM SAL - embalagem com 1 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
78	5200	KG	MELANCIA - tipo comum, com grau de maturação que lhes permita manuseio, transporte e manipulação. Não apresentando manchas, rachaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência alterar sua qualidade ou aparência.
79	2200	KG	MELÃO AMARELO - a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor vibrante, doce, suculento, de 1ª qualidade.
80	100	UND	MELHORADOR PREPARADOR EM PÓ - para produto de panificação, de primeira qualidade, embalagem de 1 Kg, acondicionado em embalagem plástica adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confirmem ao produto a proteção necessária, além de dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.
81	250	UN	MILHO PARA CANJICA - embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
82	250	UN	MILHO PARA PIPOCA - embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
83	400	UN	MILHO VERDE EM CONSERVA - lata de milho em conserva sem adição de corantes e com adição de conservantes permitidos pela legislação vigente. Embalagem de 170 gramas.
84	2500	UN	OLEO COMESTIVEL - vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, embalagem contendo 900 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde
85	250	UN	ORÉGANO - contendo 100 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.
86	1000	DZ	OVOS IN NATURA – tipo grande, embalagem de uma dúzia, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
87	80	KG	PIMENTAO VERDE - extra de ótima qualidade, grande, sem lesões de origem, acondicionado em saco, pesando aproximadamente unidade.
88	80	KG	PIMENTAO VERMELHO OU AMARELO - fresco, firme, com coloração e tamanhos típicos da variedade, sem sujidades ou outro feito que possa alterar sua aparência ou qualidade.
89	2400	KG	POLPA DE FRUTAS - Sabores ABACAXI, produto não fermentado, não alcoólico, não



FELIZ NATAL

PREFEITURA

			contém glúten e sem conservantes químicos ou aditivos de qualquer natureza. O produto deverá ser congelado e transportado sob refrigeração, a embalagem de 100 gramas, rotulada conforme legislação vigente contendo o número de registro no órgão competente.
90	2400	UN	POLPA DE FRUTAS - Sabores ACEROLA, produto não fermentado, não alcoólico, não contém glúten e sem conservantes químicos ou aditivos de qualquer natureza. O produto deverá ser congelado e transportado sob refrigeração, a embalagem de 100 gramas, rotulada conforme legislação vigente contendo o número de registro no órgão competente.
91	4400	UN	POLPA DE FRUTAS - Sabores MARACUJÁ, produto não fermentado, não alcoólico, não contém glúten e sem conservantes químicos ou aditivos de qualquer natureza. O produto deverá ser congelado e transportado sob refrigeração, a embalagem de 100 gramas, rotulada conforme legislação vigente contendo o número de registro no órgão competente.
92	150	UN	POLVILHO AZEDO - pacote de 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
93	450	UN	POLVILHO DOCE - pacote de 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.
94	4200	KG	PONKAN - de primeira livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e maduras, com polpa firme e intacta.
95	400	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA - TIPO FATIADO, embalagem em polietileno, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde/ e ou agricultura. Produto com selo do INMETRO.
96	1200	KG	REPOLHO BRANCO - não serão aceitos produtos estragados, murchos ou que não se enquadram no processo seletivo de padrão de qualidade. As embalagens deverão ser de sacos plásticos transparente, atóxico, limpo e apresentar o peso, conforme solicitado em planilha própria pela nutricionista.
97	400	UN	SAGU - acondicionado em embalagens de polietileno transparente resistente, atóxico e hermeticamente vedado com 500 gramas. Fabricado a partir de matérias primas, são e limpas. Isento de impurezas, sujidades, parasitas e larvas. Data de fabricação de no máximo 30 dias antes da entrega. Validade 12 meses a partir da data de entrega do produto.
98	900	UN	SAL REFINADO IODADO - embalagem com 1 kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério de saúde, OBS: não podendo ser produto da forma moída.
99	420	KG	SALSICHA À GRANEL - TIPO RESFRIADO, embalagem em polietileno, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da saúde/ e ou agricultura.
100	850	KG	TOMATE - fruto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura" ou como ingrediente na culinária, devendo estar fresco, ter atingido o grau de máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios de cada variedade, apresentando grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos, afetando sua aparência e qualidade, odor e sabor estranho. Isentos de parasitas e larvas. Tamanho médio e uniforme. As embalagens deverão ser de sacos plásticos transparente, atóxico, limpo e apresentar o peso, conforme solicitado em planilha própria pela nutricionista. Características microbiológicas: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.
101	250	KG	VAGEM - tamanho regular de 1º qualidade, apresentando tamanho, cor e formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.
102	600	UN	VINAGRE DE ÁLCOOL - embalagem contendo 750 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, com registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.



6.0 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Feliz Natal possui em todas as unidades escolares pertencentes a SEMED, cozinhas com equipamentos, mobiliário, utensílios para a produção e distribuição das refeições, parcialmente adequados em qualidade e quantidade de forma a atender a demanda com pontualidade, assegurando uma alimentação balanceada e sempre que possível cumprimento os requisitos higiênicosanitários, assim como recurso humano para pleno atendimento da necessidade.

Hoje nosso fornecimento de gêneros alimentícios ocorre por empresas locais e cidades próximas, e alguns hortifrúteis pela Agricultura Familiar local, através de Cooperativas e Associações, que participaram da Chamada Pública.

Ambos conseguem manter o abastecimento das solicitações realizadas pela equipe técnica a fim de manter a alimentação diária dos alunos da rede pública municipal e cumprir as legislações do PNAE através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, art. 3º, “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei”.

A opção disponível para atendimento da demanda é realizar aquisição de gêneros alimentícios, o que já ocorre em anos anteriores, assim como em outras Prefeituras da região.

Tais alimentos são encontrados no mercado local e da região, de modo que há várias empresas especializadas e bem solidificadas no ramo de venda desses itens.

Para que a SEMED atenda toda a demanda no âmbito da Administração Pública Municipal, há necessidade de aquisição de uma ampla gama de gêneros que visa as possibilidades a partir dos preços praticados no mercado considerando a nossa disponibilidade orçamentária, que se enquadram nos seguintes cenários:

Adquirir todos os gêneros alimentícios necessários para atendimento da demanda conforme as necessidades da SEMED, via Sistema de Registro de Preços (SRP), o que causaria um impacto relativamente menor no orçamento de modo que possam viabilizar o funcionamento;

Todos os itens são produtos comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por Pregão Eletrônico mediante SRP, pois já vem sendo praticado dessa forma e atende todas as demandas;

Os itens a serem licitados se referem a produtos de fácil fornecimento e de ampla disponibilidade no mercado, dada a sua baixa complexidade de produção e estocagem;

Os itens listados serão adquiridos com quantidades e unidades de fornecimento de acordo com os usualmente praticados no mercado, de forma a viabilizar o atendimento das necessidades levantadas.

7.0 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.169.179,63 (dois milhões e cento e sessenta e nove mil e cento e setenta e nove reais e sessenta e tres centavos), conforme custos unitários.

Para encontrar os valores estimados para a contratação dos serviços, objeto deste estudo,



aplicou-se a média dos valores balizados por orçamentos no site do Radar de preços do Tribunal de Contas dos Estados – TCE e comércios locais;
Os orçamentos, bem como a comprovação da pesquisa de preço, para estimar os valores dos gêneros alimentícios usados na merenda escolar nas unidades de ensino do município de Feliz Natal - MT estão presente no Anexo deste ETP.

8.0 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação será realizada por item, considerando que o parcelamento da solução é totalmente viável tecnicamente.

9.0 – POSSÍVEIS RESULTADO PRETENDIDOS

Espera-se com esta contratação que os estudantes das unidades escolares municipais de Feliz Natal – MT, sejam atendidos em relação ao seu direito à alimentação escolar. Portanto, contribuirá para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa Prefeitura Municipal de Feliz Natal através da Secretaria Municipal de Educação competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10.0 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As medidas adotadas serão como nos anos anteriores, através de Termo de Referência, constando todas as informações pertinentes para que as empresas compreendam como funcionará a demanda do Departamento.

Cotações em empresas do ramo, no sistema RADAR TCE-MT, Atas de Registro de Preços das Prefeituras proximas e demais fornecedores locais, para que a pesquisa de Preços alcance os valores praticados no mercado local/regional atualmente, resultando num balizamento de preços que possua fornecedores com lances viáveis para a disputa e que gere o maior número de desconto possível e aplicável ao processo, sempre pautado pela Instrução Normativa SCL nº. 002/2020.



Assim como Parecer Contábil com dotações orçamentárias disponíveis para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e APAE.

E por fim Documento de Formalização de Demanda autorizado pela Secretária de Educação.

11.0 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Os principais impactos ambientais dos gêneros adquiridos, podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso. Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, seguindo as leis e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

12.0 – DA CONCLUSÃO – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com o objetivo de contratar empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos educandos da rede de ensino do Município Feliz Natal - MT.

É explícito em lei que a alimentação além de ser um direito humano também é um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, e nas unidades escolares temos ainda que considerar agrupadas a Constituição Federal - CF, Estatuto da Criança e Adolescente - ECA e Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – LDB. O FNDE em 2009 criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE como programa suplementar dando suporte aos estados e municípios para que possam atender seus educandos não só didaticamente, mas também lhes fornecendo uma alimentação saudável e adequada a sua idade, favorecendo seu desenvolvimento físico e intelectual;

Este ETP está de acordo com a legislação vigente, diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, sobre o direito a receber alimentação escolar gratuita e de boa qualidade, que assegure a integridade física, moral e intelectual do educando, neste sentido, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

O presente estudo técnico preliminar foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Entende-se que a aquisição deva ser de acordo com a demanda devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração, considerando que sua interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais.

(X) É VIÁVEL

() NÃO É VIÁVEL



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE IV
MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

AO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO

E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº.2024

MENOR PREÇO POR ITEM

Por este instrumento a empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº., com sede à Rua/Av., nº., CEP, Cidade, Estado, neste ato representado pelo Sr., brasileiro, portador do CPF, RG:, residente e domiciliado na Rua:, nº., cidade, estado, Representante legal da empresa.

Indica o (a) senhor (a), portador da cédula de identidade nº., órgão expedidor/....., como nosso representante legal na Licitação em referência, com poderes para praticar todos os atos relativos à licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº.2024**, notadamente: formular ofertas, inclusive verbais, negociar preços, assinar os documentos de habilitação, as respectivas atas, interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los, enfim assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Atenciosamente,

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME E EPP

(Papel timbrado da empresa)

AO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO

E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº.2024

MENOR PREÇO POR ITEM

(Nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº., com sede à Rua/Av., nº., CEP, Cidade, Estado, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº., e do CPF nº., e de seu **contador** Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº., e CPF nº., declara em cumprimento ao solicitado no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

() Microempresa, conforme inciso I, Art. 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006;

() Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II, Art. 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e alterações.

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitada.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

Assinatura do Contador da empresa com nº. do CRC)



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE VI
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Papel timbrado da empresa)

AO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO

E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024

MENOR PREÇO POR ITEM

(Nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº., com sede à Rua/Av., nº., CEP, Cidade, Estado, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, declara, sob as penas da lei que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- Não possui em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Recebeu todos os documentos, e que tenho conhecimento de todas as informações e das condições estabelecidas no presente edital, bem como concordo com todos os itens nele estabelecidos.
- Está apta a tomar parte do processo licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e não está impedida de transacionar com administração pública municipal ou qualquer de suas entidades direta.
- Sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha vencer o certame, de entregar os produtos nos prazos e/ou condições previstas no edital e Projeto Básico.
- Concorda com todos os termos estabelecidos no edital, termo de referência e anexos;
- Tem pleno conhecimento de todas as regras, obrigações e direitos estabelecidos no Edital e anexos e que está apta a executar o objeto da presente licitação;
- Declara que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação acima citada, na forma da Lei, que não foi declarada suspensa nem inidônea para contratar com o Poder Público de qualquer esfera e, que se compromete a comunicar a ocorrência de qualquer fato



FELIZ NATAL
PREFEITURA

que venha a alterar essa situação, que venha a ser conhecido após o encerramento da licitação.

O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE VII
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Papel timbrado da empresa)

AO
ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO
E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº.2024
MENOR PREÇO POR ITEM

(Nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº., com sede à Rua/Av., nº., CEP, Cidade, Estado, através de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no edital de licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº.2024**, declara, sob as penas do Art. 299 do Código Penal, que:

- A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima citada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutida ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima citada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima citada quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima citada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Feliz Natal antes da abertura oficial das propostas; e os preços ofertados na Proposta de Preços estão de acordo com os preços praticados no mercado, bem como, não sendo superfaturados ou abusivos.
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

O referido é verdade e dou fé.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



APÊNDICE VIII
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº./2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Maravilha, s/nº., Praça da Bíblia, centro, em Feliz Natal - MT, CEP 78.885-000, inscrito no CNPJ nº. 01.614.088.0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ ANTONIO DUBIELLA**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº., e RG. nº., residente e domiciliado neste Município, Feliz Natal - MT. Resolve **REGISTRAR OS PREÇOS UNITÁRIOS** da empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº., estabelecida na cidade de, no (endereço), neste ato representada pelo (a) seu (sua), (cargo), Sr. (a), inscrito no CPF/MF sob o nº., (nacionalidade) (estado civil) (profissão), portador da Cédula de Identidade nº., residente e domiciliado em (endereço), nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 40, inc. II, 78, IV, e 82 e 87 da Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais regulamentações internas, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, ESCOLA RURAL MALVINA E. PESPINELLI, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT**, conforme detalhado abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL. TOT.
TOTAL DOS ITENS			R\$	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, com fundamento nos termos do Art. 40, inc. II, 78, IV, e 82 e 87 da Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais regulamentações internas, conforme autorização da Autoridade Competente.

2.2. O aviso de licitação foi publicado no na data de, pagina, nº. e no na data de, pagina nº.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

3.1. A empresa, detentora do registro de preços deverá entregar os produtos de forma parcelada, conforme especificado no Termo de Referência, de acordo com as necessidades das Secretarias deste Município.



3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, e seus anexos.

3.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

3.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

- a).** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b).** Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c).** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d).** Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 02 dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

3.5. A contratada deverá entregar os itens ora licitados na sede da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, ou local designado pela secretaria solicitante, conforme a demanda, em até **12 (doze) horas**, contados da data da requisição constante na Ordem de Fornecimento.

3.5.1. O recebimento do produto dar-se-á definitivamente no prazo de 03 dias úteis, contado da data de entrega dos produtos uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Solicitar o fornecimento dos produtos mediante apresentação de requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura, devidamente assinada por servidor responsável, contendo a descrição, quantidade e valor do produto solicitado;

4.2. Fiscalizar livremente a execução, não eximindo a licitada vencedora de total responsabilidade quanto à execução do contrato ou da ARP;

4.3. Receber o produto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.4. Efetuar os pagamentos devidos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Departamento de Compras da Prefeitura;

4.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para tanto;

4.7. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitada vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas no edital;

4.8. Designar servidor para acompanhar a execução e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega, inclusive rejeitando no todo ou em parte os produtos entregues fora das especificações deste edital.

4.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.10. A contratante aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012 com alterações pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 2145/2023 para fins de retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados a Contratada, conforme regulamentação prevista pelo Decreto Municipal nº. 044/2023.

4.11. As alíquotas a serem aplicadas na retenção serão as descritas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal nº. 1234/2012, definidas conforme o bem fornecido ou serviço prestado constante do objeto da presente aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Empresa contratada deverá manter contato com a Administração Municipal sobre quaisquer assuntos relativos à entrega do produto deste edital, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados em caso de urgência.

5.2. A Detentora deverá executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

5.2.1. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso no fornecimento e não eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.5. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e descarregamento dos produtos, observando todas as operações de transporte, e ainda, atendendo todas as solicitações das autoridades de trânsito, de segurança ambiental, patrimonial e outros cuidados.

5.6. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.

5.7. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.8. Acatar as decisões e observações feitas pelo Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.9. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação, durante toda a vigência da ARP/Contrato.

5.10. A empresa fornecedora responderá por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Prefeitura de Feliz Natal - MT ou a terceiros, que tenham sido causados por seus profissionais durante o transporte e entrega do produto.

5.11. A entrega dos produtos será realizada diariamente, conforme as necessidades e demanda da Contratante, com atendimento de funcionário capacitado ou manter sistema de transporte que permita a entrega imediata dos produtos, após o recebimento da solicitação.

5.11.1. O prazo para a entrega dos produtos solicitados será de até **12 (doze) horas**



após o recebimento da requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.12. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de Feliz Natal - MT.

CLAUSULA SEXTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, contados a partir de sua assinatura, sendo **do dia a**

6.2. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

6.3. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo da Secretaria Municipal Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante empenho, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Secretaria solicitante, através de depósito bancário, em nome da Contratada.

8.1.1. O pagamento somente será realizado após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por pelo Departamento de Compras da Prefeitura.

8.1.2. O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura e a respectiva entrega dos produtos.

8.2. O pagamento somente será efetuado mediante:

8.2.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)** está prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº. 443, de 17 de outubro de 2014;

8.2.2. Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;**

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

8.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.6. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos produtos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o fornecedor/contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



8.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

8.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada, ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser reajustados, **para mais ou para menos**, com base na variação anual do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao órgão gerenciador providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada item/grupo do objeto registrado.

9.3. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no Art. 124 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

9.4. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro cancelado/revogado, por cada Item/grupo do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. Cancelamento/revogação e rescisão da Ata de Registro de Preços

10.2. O registro de preços poderá ser cancelado/revogado, por item/grupo, por iniciativa do órgão gerenciador, quando:

10.3. Não houve acordo entre as partes para **pactuação/negociação** de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas na Ata de Registro de preços.

10.4. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta Ata de registro de Preços, tendo em vista **fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior**, aceito pelo órgão gerenciador.

10.5. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

10.6. O registro de preços poderá ser rescindido, por iniciativa do órgão gerenciador, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

10.7. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta Ata de Registro de Preços;

10.8. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

10.9. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste



Ata de Registro de Preços;

10.10. Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 dias;

10.11. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do Art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

10.12. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do órgão gerenciador, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

10.13. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

10.14. O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista nesta Ata de Registro de Preços não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

10.15. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do órgão gerenciador, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

10.16. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será realizada pelo Servidor, ocupante do Cargo de, matrícula funcional nº. nomeado pela Portaria nº., para acompanhamento da entrega dos produtos, devendo este:

a). Promover a avaliação e fiscalização da entrega dos produtos solicitando à contratada e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento desta Ata de Registro de Preços.

b). Atestar as notas fiscais da contratada para efeitos de pagamento.

c). Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução desta Ata de Registro de Preços.

11.2. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

12.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

12.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

12.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes conforme Art. 86, § 4º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

12.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o Art. 86, § 2º da Lei Federal nº. 14.133/2021, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do



quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.5. O Município de Feliz Natal - MT será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. As empresas com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas, conforme previsão contida no Edital de Licitação e no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

13.2. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta Ata de Registro de Preços, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

13.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, para o exercício 2024/2025.

14.2. O programa de trabalho e os elementos de despesa específicos constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A formalização da Ata de Registro de Preços, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

15.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do órgão gerenciador na Internet https://www.gp.srv.br/transparencia_feliznatal/servlet/licitacoes_v2?1 inclusive com a íntegra da Ata de Registro de Preços e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata.

16.1.2. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, seus anexos e as propostas da contratada.

16.1.3. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Feliz Natal - MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Feliz Natal - MT, como competente para dirimir



FELIZ NATAL
PREFEITURA

quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Feliz Natal - MT, de de

MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT
ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME DA CONTRATADA
EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



FELIZ NATAL

PREFEITURA

APÊNDICE IX MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL -
MT E A EMPRESA**

O **MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL**, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.088/0001-02, com sede administrativa na Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, em Feliz Natal - MT, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ ANTONIO DUBIELLA**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº., e RG. nº., residente e domiciliado neste Município, Feliz Natal - MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº., inscrição estadual nº. estabelecida na, Bairro na cidade de, neste ato representada por seu, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº., portador da Cédula de Identidade nº., com endereço, Bairro, na cidade de, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais alterações, e regulamentações específicas instituídas no âmbito municipal, mediante as seguintes cláusulas e condições, resolvem celebrar o **PRESENTE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE** nos seguintes termos e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, ESCOLA RURAL MALVINA E. PESCEINELLI, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

1.2. Deu origem a este Contrato a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, publicado no na data de, página, nº. e no na data de, página nº.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência deste Contrato será pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, sendo dia à, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses

2.2. A prorrogação do presente contrato é vinculada ao prazo de vigência dos créditos orçamentários descritos no presente contrato, bem como, condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O prazo de início do fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da expedição da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do contrato deverá entregar os produtos, conforme especificado no Termo de Referência e de acordo com as necessidades das Secretarias deste Município.



3.2. O objeto deste contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, e seus anexos.

3.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

3.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

- a).** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b).** Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c).** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d).** Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 02 dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

3.5. A contratada deverá entregar os itens ora licitados na sede da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, ou local designado pela secretaria solicitante, conforme a demanda, em até **12 (doze) horas**, contados da data da requisição constante na Ordem de Fornecimento.

3.5.1. O recebimento do produto dar-se-á definitivamente no prazo de 03 dias úteis, contado da data de entrega dos produtos uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1. Receberá a Empresa Contratada pela entrega dos produtos, a importância aproximada de R\$ (.....), cujo pagamento dar-se-á de acordo com a entrega dos produtos, preço e a quantidade entregue, conforme itens abaixo discriminados.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOT
VALOR TOTAL					R\$	

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante empenho, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Secretaria solicitante, através de depósito bancário, em nome da Contratada.

5.1.1. O pagamento somente será realizado após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por pelo Departamento de Compras da Prefeitura.

5.1.2. O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura e a respectiva entrega dos produtos.

5.2. O pagamento somente será efetuado mediante:

5.2.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)** está prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº. 443, de 17 de outubro de 2014;



5.2.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

5.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo dos produtos, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

5.4. A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

5.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

5.6. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos produtos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

5.7. Nenhum pagamento isentará o fornecedor/contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

5.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

5.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

5.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada, ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

6.1. As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes deste pacto, assim como ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: (Art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Solicitar o fornecimento dos produtos mediante apresentação de requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura, devidamente assinada por servidor responsável, contendo a descrição, quantidade e valor do produto solicitado;

7.2. Fiscalizar livremente a execução, não eximindo a licitada vencedora de total responsabilidade quanto à execução do contrato;

7.3. Receber o produto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.4. Efetuar os pagamentos devidos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Departamento de Compras da Prefeitura;

7.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para tanto;

7.7. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitada vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas no edital;

7.8. Designar servidor para acompanhar a execução e fiscalizar o cumprimento das



obrigações da Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega, inclusive rejeitando no todo ou em parte os produtos entregues fora das especificações deste edital.

7.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.10. A contratante aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012 com alterações pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 2145/2023 para fins de retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados a Contratada, conforme regulamentação prevista pelo Decreto Municipal nº. 044/2023.

7.11. As alíquotas a serem aplicadas na retenção serão as descritas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal nº. 1234/2012, definidas conforme o bem fornecido ou serviço prestado constante do objeto da presente aquisição.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. A Empresa contratada deverá manter contato com a Administração Municipal sobre quaisquer assuntos relativos à entrega do produto deste edital, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados em caso de urgência.

8.2. A Detentora deverá executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

8.2.1. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso no fornecimento e não eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

8.5. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e descarregamento dos produtos, observando todas as operações de transporte, e ainda, atendendo todas as solicitações das autoridades de trânsito, de segurança ambiental, patrimonial e outros cuidados.

8.6. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.

8.7. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

8.8. Acatar as decisões e observações feitas pelo Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.9. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação, durante toda a vigência do Contrato.

8.10. A empresa fornecedora responderá por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Prefeitura de Feliz Natal - MT ou a terceiros, que tenham sido



causados por seus profissionais durante o transporte e entrega do produto.

8.11. A entrega dos produtos será realizada diariamente, conforme as necessidades e demanda da Contratante, com atendimento de funcionário capacitado ou manter sistema de transporte que permita a entrega imediata dos produtos, após o recebimento da solicitação.

8.11.1. O prazo para a entrega dos produtos solicitados será de até **12 (doze) horas** após o recebimento da requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

8.12. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de Feliz Natal - MT.

CLÁUSULA NONA –DO REAJUSTE E RECOMPOSIÇÃO: (Art. 92, V)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em/...../..... (DD/MM/AAAA).

9.2. Após o decurso de um ano, e independentemente, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. A instrumentalização do reajuste contratual será realizado por meio de termo de apostilamento.

9.9. A repactuação como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de itens que compõe o objeto do contrato deverá ser comprovada pelo Contratado, por meio da análise da variação dos custos e composições que compreendem a alteração do custo dos produtos, ocorridas após a data de apresentação das propostas, demonstrando variações incalculáveis prejudiciais a manutenção da execução do contrato, sendo que simples e pequenas variações de preços não são suficientes para pleitear a repactuação dos itens.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL: (Art. 92, XIX)

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



10.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata esse subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.6.3. Indenizações e multas.

10.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
(Art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, o Contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei Federal nº. 14.133/2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei Federal nº. 14.133/2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

11.2.4. Multa:



11.2.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

11.2.4.2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.4.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11.2.4.4. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Art. 158 da Lei Federal nº. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4.5. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021):

11.4.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.4.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.4.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.4.5.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

11.4.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida no Art. 159 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com



relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei Federal nº. 14.133/2021)

11.6. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº. 14.133/2021)

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, para os exercícios 2024/2025, especificamente sobre as seguintes rubricas orçamentárias:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

00000091.04.002.12.306.0005.20049.3390300000.15000000000
00000092.04.002.12.306.0005.20049.3390300000.15520000000
00000093.04.002.12.306.0005.20050.3390300000.15000000000
00000094.04.002.12.306.0005.20050.3390300000.15520000000
00000095.04.002.12.306.0005.20051.3390300000.15000000000
00000096.04.002.12.306.0005.20051.3390300000.15520000000
00000097.04.002.12.306.0005.20052.3390300000.15000000000
00000098.04.002.12.306.0005.20052.3390300000.15520000000
00000099.04.002.12.306.0005.20053.3390300000.15000000000
00000100.04.002.12.306.0005.20053.3390300000.15520000000

12.2. As eventuais despesas que venham incidir apenas no próximo exercício (2025), poderão ser oportunidade empenhadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT do exercício financeiro seguinte.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO

13.1. A fiscalização do presente Contrato será realizada pelo Servidor, ocupante do Cargo de, matrícula funcional nº., nomeado pela Portaria nº. de, devendo este:

13.2. Promover a avaliação e fiscalização, solicitando à Contratada e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento do Contrato;

13.3. Atestar as notas fiscais da Contratada para efeitos de pagamento;



13.4. Solicitar ao Prefeito Municipal as providências que ultrapassem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução do Contrato.

13.5. A gestão do contrato será realizada pelo Setor de Contratos a quem competirá controlar prazos e vigência, bem como proceder às notificações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III)

14.1. As entregas dos produtos na forma contratual e recebidos de modo provisório, pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, mediante termo circunstanciado de recebimento, na figura da pessoa designada, que deverá atestar seu recebimento.

14.2. O recebimento definitivo, mediante lavratura de termo circunstanciado, será feita ao final do contrato ou anualmente.

14.3. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos em desacordo com o contrato, devendo ser refeitos a expensas da contratada, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

14.4. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Código Civil Brasileiro, e demais normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como, no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO: (Art. 92, §1º)

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Feliz Natal - MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº./2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº./2024**, e a proposta da contratada.

18.2. Este contrato se sujeita ainda às Leis municipais inerentes ao assunto.



FELIZ NATAL
PREFEITURA

Feliz Natal - MT, de de

MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT
CONTRATANTE

EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE X
TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES
BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	E-mail:	
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	E-mail:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	E-mail:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

I - A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II - O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações e Leilões, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III - A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões para o necessário bloqueio de acesso;

IV - O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local, ____/____/____

(Assinaturas autorizadas)



FELIZ NATAL
PREFEITURA

APÊNDICE XI
CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição: OPCIONAL DEIXAREM OU NÃO, mais pela parte de fornecedor explicando a porcentagem.

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL -Bolsa de Licitações e Leilões.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado no sistema eletrônico, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exige o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local, ____/____/____

(Assinaturas autorizadas)